



# DIÁRIO

## da Assembleia da República

XII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2011-2012)

### REUNIÃO PLENÁRIA DE 20 DE ABRIL DE 2012

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. [António Filipe Gaião Rodrigues](#)

**Secretários:** Ex.<sup>mos</sup> Srs. [Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco](#)  
[Rosa Maria da Silva Bastos de Horta Albernaz](#)  
[Abel Lima Baptista](#)

## SUMÁRIO

O Sr. Presidente ([António Filipe](#)) declarou aberta a sessão às 10 horas e 5 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa do projeto de lei n.º 218/XII (1.ª).

A Câmara procedeu às eleições para a Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, a Comissão Nacional de Proteção de Dados e o Conselho de Opinião da Rádio e Televisão de Portugal, SA.

Foram debatidos conjuntamente os projetos de resolução n.ºs [265/XII \(1.ª\)](#) — Recomenda ao Governo um apoio extraordinário à compra de biomassa como forma de prevenir os fogos florestais neste ano de seca severa (BE), que foi rejeitado, [289/XII \(1.ª\)](#) — Recomenda ao Governo a valorização energética da biomassa no objetivo de proteção da floresta (PSD), que foi aprovado, [291/XII \(1.ª\)](#) — Reforçar os meios de prevenção estrutural dos incêndios florestais — reduzir a carga de biomassa (PCP), que foi rejeitado, e [294/XII \(1.ª\)](#) — Recomenda ao Governo um conjunto de medidas que promovam a utilização e valorização da biomassa florestal como contributo para a gestão sustentável das florestas e como prevenção da ocorrência

de incêndios florestais (CDS-PP), que foi aprovado. Intervieram os Srs. Deputados [Cecília Honório](#) (BE), [Fernando Marques](#) (PSD), [Agostinho Lopes](#) (PCP), [Altino Bessa](#) (CDS-PP), [Jorge Fão](#) (PS) e [Heloísa Apolónia](#) (Os Verdes).

Foi também discutido, na generalidade, e posteriormente rejeitado, o projeto de lei n.º [179/XII \(1.ª\)](#) — Procede à alteração ao Código do Trabalho (Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 105/2009, de 14 de setembro, e 53/2011, de 14 de outubro) (Os Verdes), tendo usado da palavra os Srs. Deputados [José Luís Ferreira](#) (Os Verdes), [Artur Rêgo](#) (CDS-PP), [Catarina Martins](#) (BE), [Nuno Sá](#) (PS), [Jorge Machado](#) (PCP) e [Arménio Santos](#) (PSD).

Foi apreciado o projeto de resolução n.º [257/XII \(1.ª\)](#) — Recomenda ao Governo que, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 203/2004, de 18 de agosto, na redação que lhe é conferida pelo Decreto-Lei n.º 11/2005, de 6 de Janeiro, pelo Decreto-Lei n.º 60/2007, de 13 de março, pelo Decreto-Lei n.º 45/2009, de 13 de fevereiro, e pelo Decreto-Lei n.º 177/2009, de 4 de agosto, abra vagas para a realização de internatos médicos em todos os estabelecimentos com

idoneidade formativa atribuída pela Ordem dos Médicos (CDS-PP), que foi aprovado, tendo-se pronunciado os Srs. Deputados **Isabel Galriça Neto** (CDS-PP), **Ricardo Baptista Leite** (PSD), **Luísa Salgueiro** (PS), **João Semedo** (BE) e **Paula Santos** (PCP).

Procedeu-se à apreciação conjunta da petição n.º 49/XII (1.ª) — Apresentada por Henrique Manuel Pinto de Almeida Cayolla e outros, solicitando à Assembleia da República que seja adjudicado de imediato o concurso do Metro para a Trofa, e dos projetos de resolução n.ºs 290/XII (1.ª) — Recomenda que o prolongamento da Linha Verde do Metro, entre o ISMAI e a Trofa, integre a 2.ª fase da rede do Metro da Área Metropolitana do Porto (PCP), que foi aprovado, 292/XII (1.ª) — Recomenda a adjudicação imediata do concurso do Metro para a Trofa (BE), que foi rejeitado, e 295/XII (1.ª) — Recomenda ao Governo que reafirme a necessidade da concretização da ligação do Metro do Porto entre o ISMAI e o concelho da Trofa (PS), que foi igualmente rejeitado. Intervieram os Srs. Deputados **Honório Novo** (PCP), **Catarina Martins** (BE), **Fernando Jesus** (PS), **Adriano Rafael Moreira** (PSD) e **Michael Seufert** (CDS-PP).

Foi aprovado o voto n.º 58/XII (1.ª) — De saudação pelos 10 anos de paz em Angola (PSD, PS e CDS-PP), sobre o qual se pronunciaram os Srs. Deputados **José Ribeiro e Castro** (CDS-PP), **Maria de Belém Roseira** (PS), **Bernardino Soares** (PCP), **Fernando Virgílio Macedo** (PSD) e **Luís Fazenda** (BE).

Na generalidade, foram aprovados os projetos de lei n.ºs 186/XII (1.ª) — Altera a Lei n.º 17/2003, de 4 de junho (Iniciativa legislativa de cidadãos), eliminando a discriminação existente em relação aos emigrantes portugueses (PSD) e 203/XII (1.ª) — Primeira alteração à Lei n.º 17/2003, de 4 de junho, que regula os termos e condições em que grupos de cidadãos eleitores exercem o direito de iniciativa legislativa junto da Assembleia da República, eliminando a discriminação relativa aos portugueses residentes no estrangeiro (PS).

A Câmara rejeitou os projetos de resolução n.ºs 261/XII (1.ª) — Recomenda ao Governo a requalificação e eletrificação do troço Caíde/Marco na Linha do Douro (PS) e 293/XII (1.ª) — Recomenda a continuação do projeto de requalificação da Linha do Douro e a eletrificação do troço entre Caíde e Marco de Canaveses (BE) e aprovou o projeto

de resolução n.º 298/XII (1.ª) — Recomenda ao Governo a eletrificação do troço Caíde/Marco de Canaveses na Linha do Douro (PSD e CDS-PP).

Foram também rejeitados o projeto de resolução n.º 277/XII (1.ª) — Preços máximos nos combustíveis — travar a especulação (PCP) e os projetos de lei n.ºs 17/XII (1.ª) — Introduz medidas de transparência e antiespeculativas na formação dos preços de combustíveis (BE) e 197/XII (1.ª) — Consagra a cativação pública das mais-valias urbanísticas, prevenindo a corrupção e o abuso do poder (BE).

Mereceram aprovação o texto de substituição, apresentado pelo BE, relativo ao projeto de resolução n.º 272/XII (1.ª) — Recomenda a alteração do Decreto-Lei n.º 338/2007, de 11 de outubro, para possibilitar o ingresso na carreira docente de todos os professores de técnicas especiais com vínculo à função pública (BE) e rejeição o texto de substituição, apresentado pelo PCP, relativo ao projeto de resolução n.º 278/XII (1.ª) — Não prosseguimento do processo legislativo referente à proposta de lei n.º 44/XII (1.ª) (PCP).

Relativamente à proposta de lei n.º 51/XII (1.ª) — Altera a Lei do Orçamento do Estado para o ano de 2012, aprovada pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, no âmbito da Iniciativa de Reforço da Estabilidade Financeira, foi rejeitada a proposta, apresentada pelo PS, que altera o artigo 14.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro (Aprova a Lei das Finanças Locais), aditando um artigo 17.º-A, com a epígrafe «Alteração à Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro», à proposta de lei. Tendo, depois, em votação final global, sido aprovado o texto final, apresentado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, relativo à referida proposta de lei, foi também aprovado um requerimento oral, apresentado pelo PSD, solicitando a dispensa do prazo de reclamação.

Foi aprovado um parecer da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação autorizando um Deputado do PS a prestar depoimento por escrito, como testemunha, no âmbito de um processo que corre em tribunal.

Foi anunciada a entrada na Mesa do projeto de resolução n.º 299/XII (1.ª) e das apreciações parlamentares n.ºs 13 e 14/XII (1.ª).

O Sr. Presidente (António Filipe) encerrou a sessão eram 12 horas e 43 minutos.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

*Eram 10 horas e 5 minutos.*

Srs. Deputados, o Sr. Secretário vai proceder à leitura do expediente.

O Sr. **Secretário** (Abel Baptista): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, deu entrada na Mesa, e foi admitido, o projeto de lei n.º 218/XII (1.<sup>a</sup>) — Estabelece medidas de redução do número de alunos por turma, visando a melhoria do processo de ensino-aprendizagem (PCP), que baixou à 8.<sup>a</sup> Comissão.

É tudo, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Srs. Deputados, antes de entrarmos na ordem do dia, queria informar os Srs. Deputados que decorre, desde este momento, na Sala D. Maria, a eleição para órgãos externos à Assembleia da República, a saber: a eleição de membros para a Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA), do Presidente e de um vogal para a Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd) e dos representantes da Assembleia da República no Conselho de Opinião da Rádio e Televisão de Portugal, SA.

Vamos, agora, iniciar a discussão conjunta dos projetos de resolução n.ºs 265/XII (1.<sup>a</sup>) — Recomenda ao Governo um apoio extraordinário à compra de biomassa como forma de prevenir os fogos florestais neste ano de seca severa (BE), 289/XII (1.<sup>a</sup>) — Recomenda ao Governo a valorização energética da biomassa no objetivo de proteção da floresta (PSD), 291/XII (1.<sup>a</sup>) — Reforçar os meios de prevenção estrutural dos incêndios florestais — reduzir a carga de biomassa (PCP) e 294/XII (1.<sup>a</sup>) — Recomenda ao Governo um conjunto de medidas que promovam a utilização e valorização da biomassa florestal como contributo para a gestão sustentável das florestas e como prevenção da ocorrência de incêndios florestais (CDS-PP).

Para fazer a intervenção de apresentação do projeto de resolução do BE, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Cecília Honório.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Honório** (BE): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> Deputadas e Srs. Deputados: A iniciativa que o Bloco de Esquerda traz hoje a debate é determinante se quisermos falar com seriedade de estratégias de prevenção dos incêndios.

Conhecemos bem os riscos que o País corre este ano, em consequência da seca prolongada, e, nesse sentido, apresentamos um estímulo irrecusável para a limpeza dos matos. O que o Bloco de Esquerda propõe, concretamente, é a majoração em 10% da biomassa a fim de diminuir o combustível nas zonas de transição entre a floresta e os aglomerados populacionais.

Sr.<sup>as</sup> Deputadas e Srs. Deputados, um ano excecional exige medidas excecionais, que é o que aqui propomos. E as vantagens desta majoração são inúmeras.

Em primeiro lugar, diminui os custos para as populações, nomeadamente para os proprietários florestais — e não esqueçamos que estes estão obrigados à limpeza dos matos num raio de 50 m em torno das habitações.

Em segundo lugar, facilita extraordinariamente a vida aos bombeiros, porque, como bem sabemos, a sua primeira missão é a proteção das habitações e das populações. Portanto, esta medida é determinante para facilitar a circulação dos bombeiros.

Em terceiro lugar, tem um custo muito baixo, porque o que propomos, relativamente ao que está perspetivado para o combate aos incêndios neste ano, é um custo de 1 € por cada 10 € neste orçamento para o combate aos incêndios.

Por outro lado, pensamos que é determinante a ativação do Grupo de Análise e Uso do Fogo, um grupo de especialistas, de peritos de renome. Estes são recursos determinantes, dos quais carecemos no corrente ano e, por isso, não faz qualquer espécie de sentido que esta ativação não seja promovida no imediato.

Portanto, Sr.<sup>as</sup> Deputadas e Srs. Deputados, não há aqui qualquer perspetiva de indução na procura de recursos que possam ter fins industriais; o que propomos é uma medida excecional num ano que exige medidas excecionais. Ora, esta majoração da biomassa tem vantagens para todos os agentes envolvidos: para as populações, para os proprietários e para os bombeiros.

É preciso prevenir, é muito menos necessário remediar.

*Aplausos do BE.*

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Para fazer a apresentação do projeto de resolução n.º 289/XII (1.ª), do PSD, tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Marques.

O Sr. **Fernando Marques** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: O projeto de resolução que o PSD hoje apresenta pretende realçar a importância do sector florestal no nosso País e a valorização energética da biomassa, fundamental na proteção da floresta contra incêndios.

A floresta, como todos sabemos, ocupa mais de um terço do território nacional, constituindo assim um recurso imenso que deve ser explorado e valorizado.

O abandono das nossas terras criou um desequilíbrio ao nível agroflorestal e social. A fuga de pessoas para a cidade em busca de melhores condições de vida e a procura de atividades mais rentáveis acentuou este paradigma: terrenos outrora de cultivo completamente entregues ao mato, floresta abandonada e consequente aumento de incêndios, esse espetáculo degradante que se repete todos os anos, consumindo milhares de hectares e meios financeiros avultados.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **Fernando Marques** (PSD): — A dispersão da propriedade privada e o minifúndio contribuem para este estado de coisas, dificultando o ordenamento florestal.

Hoje como no passado, o PSD tem chamado a atenção para a importância deste sector no País e para a necessidade da sua valorização, sob o ponto de vista económico, ambiental, de ordenamento do território e proteção da floresta.

Isso mesmo constava do projeto de resolução aprovado na anterior Legislatura, no qual o PSD recomendava ao governo de então um conjunto de medidas urgentes em matéria de proteção e valorização da floresta, tais como a reprogramação do PRODER, a realização do cadastro da propriedade rústica, o apoio às associações de produtores florestais, a implementação efetiva das zonas de intervenção florestal (ZIF) e o incentivo ao aproveitamento da biomassa.

O Sr. **Pedro Lynce** (PSD): — É verdade! Bem recordado!

O Sr. **Fernando Marques** (PSD): — O PSD reforça hoje estas preocupações, de resto em sintonia com as organizações do sector com quem temos dialogado e com os objetivos estratégicos para o sector definidos pelo atual Governo do PSD e do CDS.

Parece-nos, pois, que é necessário criar, de uma vez por todas, um novo paradigma de organização e ordenamento florestal que defina claramente o papel do Estado e dos demais agentes da sociedade,...

O Sr. **Pedro Lynce** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Fernando Marques** (PSD): — ... tal como as autarquias locais, as organizações de produtores florestais (OPF) e os próprios proprietários florestais, envolvendo todos numa ação concertada de prevenção.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **Fernando Marques** (PSD): — O aproveitamento da biomassa florestal deve ser encarado não só na sua vertente energética mas como instrumento fundamental na luta contra os incêndios.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **Fernando Marques** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Saudamos os restantes partidos que igualmente apresentaram projetos de resolução, pois revelam uma preocupação com esta matéria.

O projeto do CDS merece a nossa aprovação, pois vai na linha das soluções que preconizamos. Já os projetos do BE e PCP não podem merecer a nossa concordância, quer pelos argumentos utilizados quer por algumas propostas que consideramos demagógicas e impraticáveis.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **Fernando Marques** (PSD): — Não seria, por exemplo, uma majoração de 3€ a tonelada que garantiria que os proprietários procedessem à limpeza das suas propriedades.

Consideramos, pois, que o combate aos incêndios não se faz com medidas conjunturais, extraordinárias e temporárias mas, sim, com uma reestruturação profunda do sector florestal e um apoio aos proprietários e associações, que deve ser encarado não como mais um subsídio mas como um incentivo à limpeza, criando assim valor económico e ajudando a combater a desertificação das zonas rurais de baixa densidade.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **Fernando Marques** (PSD): — Pensamos que o Estado deve olhar as OPF como parceiros privilegiados no desenvolvimento florestal do País, com partilha de responsabilidades e atribuição de condições legais e financeiras para a prossecução da sua atividade. Há muitos bons exemplos no País de associações de produtores florestais que fazem um excelente trabalho de limpeza das faixas de combustível em parceria com as autarquias locais, além de se comportarem como autênticas empresas de prestação de serviços de limpeza.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **Fernando Marques** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: O PSD considera assim que é urgente proceder a uma atualização e identificação do potencial de utilização da biomassa e apostar no seu aproveitamento para produção de energia, promovendo o desenvolvimento económico e social de zonas rurais; dinamizar as ZIF existentes e incentivar a criação de novas, simplificando procedimentos, facilitando o emparcelamento e a gestão da propriedade florestal; promover a contratualização com as organizações de produtores florestais e as autarquias locais, no âmbito das operações de limpeza das faixas de combustível previstas na lei; e avaliar a possibilidade de criação de uma rede de pontos de recolha de resíduos florestais, que seriam depois encaminhados para as centrais de biomassa existentes ou para os vários sectores industriais de utilização de biomassa.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Para apresentar o projeto de resolução 291/XII (1.<sup>a</sup>), do PCP, tem a palavra o Sr. Deputado Agostinho Lopes.

O Sr. **Agostinho Lopes** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A floresta é, certamente, muito importante e a biomassa pode ser muito importante se bem utilizada. O problema é se a valorização que fazemos da floresta converge com a prática política, com as políticas florestais, o que, de facto, continua a não acontecer.

Depois dos grandes incêndios de 2003 e de 2005, todos juraram pela floresta: pôs-se de pé um dispositivo de combate, com forças profissionalizadas; legislou-se bastante e estabeleceram-se planos e estratégias; anunciaram-se milhões de euros para a floresta. A Assembleia da República passou a acompanhar de perto toda esta problemática.

Recentemente, um fim de inverno e um começo de primavera quentes e secos vieram ressuscitar todos os fantasmas. Na continuidade do verão de 2010, ressurgiram incêndios com mais de 3000 ha e de duração

superior a 24 horas. No norte — e não apenas no centro, com refere o projeto de resolução do PSD — foram novamente e muito flageladas as áreas protegidas, onde se destaca, infelizmente, o Parque Nacional da Peneda-Gerês.

Sobre o dispositivo de combate, confiamos nas declarações oficiais de reforço de meios. Sobre a prevenção estrutural da floresta e das áreas protegidas, tudo como dantes, a começar pelo corte de 130 milhões de euros no PRODER florestal — isto em sentido contrário aos projetos de resolução que, ainda há um ano, na oposição, PSD e CDS apresentaram nesta Casa.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Bem lembrado!

O Sr. **Agostinho Lopes** (PCP): — No cadastro, estamos como sempre estivemos: em branco! E mantiveram-se os estrangulamentos e os obstáculos burocráticos, regulamentares e técnicos e a paralisia dos próprios serviços do Ministério da Agricultura, onde o Estado faz o mal e a caramunha: não concretiza a Rede Primária de Faixas de Gestão de Combustível e, depois, reprova projetos porque a Rede Primária não está pronta; demora na aprovação (ou não aprova mesmo) do Plano de Gestão Florestal (PGF) e dos Planos-tipo de Utilização dos Baldios (PUB) e, depois, trava o avanço de projetos florestais com esse argumento; e mantém a impossibilidade de uso de dinheiros PRODER para faixas de gestão de combustível.

Para o PCP, os projetos de resolução apresentados são, na generalidade, pacíficos. Mesmo os projetos do PSD e do CDS são, em grande medida, boas declarações de intenções, de que, como sabemos, está a floresta atafalhada...

O projeto do PCP propõe que se tomem as medidas necessárias para, com urgência, se concretizarem as ainda possíveis ações de prevenção estrutural e se apure o estado de prontidão e funcionalidade das redes de infraestruturas de apoio ao combate aos fogos florestais.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Para apresentar o projeto de resolução n.º 294/XII (1.ª), do CDS-PP, tem a palavra o Sr. Deputado Altino Bessa.

O Sr. **Altino Bessa** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Hoje avaliamos aqui vários projetos de resolução e também o CDS apresenta um projeto de resolução que é um pouco diferente, em termos de contexto, dos demais projetos de resolução, principalmente os do PCP e do BE.

É nosso objetivo que se promova a utilização e a valorização da biomassa florestal como contributo para a gestão sustentável das florestas e como prevenção da ocorrência de incêndios florestais.

De entre as diferentes fontes de energia renováveis, destaca-se a importância da biomassa. Existe uma vasta utilização da biomassa na produção de energia, nomeadamente a biomassa florestal e a biomassa florestal residual.

O sector da biomassa para fins energéticos teve nos últimos anos um forte desenvolvimento, com o aumento da produção de energia elétrica e térmica à escala nacional.

Em 2005, a Comissão Europeia, antecipando o problema da falta de sustentabilidade da política energética europeia, baseada então, em grande parte, nas importações de produtos petrolíferos, lançou o Plano de Ação Biomassa, visando uma abordagem coordenada das políticas vigentes no espaço europeu. O plano inclui medidas para a agricultura, com ênfase na fileira do betanol e do biodiesel, e para a fileira florestal, com ênfase na produção de biomassa para produção de energia elétrica e térmica.

Assim, em consonância com as políticas europeia e nacional adotadas nos últimos anos, conforme o Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis, a produção de calor e de energia elétrica a partir da combustão de biomassa de diferentes origens representa um recurso importante na matriz energética nacional e europeia.

O CDS pretende, com este projeto de resolução, que o aproveitamento da biomassa florestal seja, de facto, fomentado, mas não induzindo uma procura sobre recursos passíveis de um aproveitamento industrial que potencialmente pode gerar maior valor acrescentado. Não pretendemos que sejam utilizados produtos que podem ser usados noutra indústria, nomeadamente na indústria das serrações.

Por isso, fazemos várias recomendações ao Governo, nomeadamente que proceda à avaliação das condições de instalação de centros locais de recolha e tratamento de biomassa florestal. Pretendemos também que implemente diversas medidas de política florestal que propiciem a ação de agrupamentos de produtores florestais. É fundamental que os agrupamentos de produtores florestais e as autarquias tenham um papel decisivo nesta matéria. É fundamental a dinamização das zonas de intervenção florestal, que têm de ser reativadas. É também necessário desenvolver um conjunto de recomendações sobre boas práticas gerais de produção e conversão de biomassa, que será de extrema importância tanto para a produção como para a indústria.

Hoje, estamos aqui confrontados com outros projetos de resolução. Quanto ao projeto de resolução do PCP, gostaria de dizer ao Sr. Deputado Agostinho Lopes que a gestão de combustível para efeitos de defesa da floresta contra incêndios é apoiada pelo Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER), na medida 2.3.1.1, com taxa de financiamento de 100%, estando já agilizado o mecanismo de candidatura, sendo suficiente a apresentação do edital municipal para garantir a possibilidade de intervenção das redes referidas.

O projeto de resolução que mais perplexidade nos provoca é o do Bloco de Esquerda. Quando este diploma fala do Grupo de Análise e Uso do Fogo diz que só pode ser classificada como trágica a decisão do Governo de acabar com este grupo. Gostaria de dizer que isto não é verdade. Isto não é verdade!

Gostaria também de dizer que fico perplexo com a defesa daquilo a que hoje se chama «indústria de fogo na floresta». Se forem perguntar aos vários agentes florestais, se forem olhar para o passado, se forem olhar para o que foi a governação socialista nesta matéria, verificam que, no passado, recente se gastaram 3,2 milhões de euros com estas equipas.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Sr. Deputado, queira concluir.

O Sr. **Altino Bessa** (CDS-PP): — Concluo já, Sr. Presidente.

Se forem perguntar aos agentes da floresta, irão verificar que temos razão — 3,2 milhões de euros foram gastos com estas equipas!

O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — Já acabaram!

O Sr. **Altino Bessa** (CDS-PP): — O Fundo Florestal Permanente ficou com um défice 22 milhões de euros, herança também do PS. Nós, isso não fazemos, não promovemos a indústria do fogo. Este ano, este Governo vai fazer exatamente o mesmo trabalho e vai gastar 120 000 euros.

O Sr. **Jorge Fão** (PS): — Já gastou 2 milhões de euros!

O Sr. **Altino Bessa** (CDS-PP): — É assim que este Governo utiliza o dinheiro dos contribuintes: 3,2 milhões de euros no passado; agora, 120 000 euros!

*Aplausos do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Jorge Fão.

O Sr. **Jorge Fão** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Discutem-se e votam-se hoje nesta Câmara quatro projetos de resolução que têm um fio condutor comum, que se prende com a valorização da biomassa florestal com vista à defesa da floresta contra incêndios e ao aumento da produção de energias renováveis.

Há que reconhecer que os méritos da iniciativa para apresentação destes projetos de resolução foram do Bloco de Esquerda, que atempadamente deu entrada do diploma em apreço. Sinceramente, o que nos parece é que esta iniciativa do BE provocou uma verdadeira corrida, diria até um ataque de «resolivite aguda», junto do PSD, do CDS e do PCP para apresentação de projetos de resolução sobre a mesma matéria.

Sinceramente, se no que se refere ao PCP se compreende esta iniciativa, já com mais esforço e mais dificuldade compreendemos a atitude do PSD e do CDS ao apresentarem os seus projetos de resolução. Só

se pode entender, por aquilo que acabaram de dizer e por aquilo que escrevem nos projetos de resolução, que isto é um ato de contrição, que reconhecem que efetivamente não tem havido avanço, não tem havido decisão por parte do vosso Governo nas questões das políticas sobre a biomassa. Parece-me que sentiram necessidade, por reconhecerem essa ineficácia, de chamar a atenção da Sr.<sup>a</sup> Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, e particularmente do Sr. Secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural, para esta incapacidade, aliás, bem comprovada pelo facto de, até à data, não terem ainda sequer conseguido fazer aprovar a lei orgânica do Instituto de Conservação da Natureza e Florestas, o novo instituto a quem cabem competências nesta matéria.

**Vozes do PS:** — Muito bem! Bem lembrado!

O Sr. **Jorge Fão** (PS): — Por isso, Sr. Presidente, o PS está de acordo com uma parte significativa dos princípios gerais invocados no preâmbulo dos vários projetos de resolução, desde logo, naturalmente, a importância socioeconómica, ambiental e económica pura e dura da floresta portuguesa; a necessidade de termos novas e melhores políticas de combate a fogos florestais, mas sobretudo de investirmos na prevenção dos fogos florestais; o incremento da economia da floresta; o aumento da produção de energia renovável; e um incentivo efetivo à limpeza da floresta com vista à sua proteção na defesa contra incêndios.

No que respeita aos caminhos apontados nas várias resoluções diria que se nuns convergimos, noutros claramente divergimos, e daí justificarmos, como é óbvio, diferenças de sentido de voto nos projetos de resolução em apreço. Não há tempo, neste momento, para escarpelizar e pormenorizar essas diferenças, naturalmente, mas ficam enunciadas em termos gerais.

Do anterior governo, é importante que se diga, o atual Executivo recebeu uma Estratégia Nacional para as Florestas, um Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios, recebeu recursos no âmbito do PRODER florestal para apoiar projetos nesta área e recebeu um Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis, ou seja, um conjunto de instrumentos, de orientações, de política,...

O Sr. **Altino Bessa** (CDS-PP): — Não recebeu foi dinheiro!

O Sr. **Jorge Fão** (PS): — ... dos quais podem discordar mas que, naturalmente, serviriam de base de trabalho.

Portanto, neste debate, como é natural, o PS não teve a mesma tentação de apresentar resoluções com propostas perfeitamente avulsas e, no meu entender, algumas delas também pouco ponderadas. Mas porque reconhecemos uma completa incapacidade deste Governo em matéria de políticas gerais de avaliação da biomassa, há efetivamente necessidade de avaliar e de valorizar o trabalho que na atualidade está a ser desenvolvido.

Por isso, anunciamos aqui que vamos propor, no âmbito das duas comissões relacionadas com a matéria, a Comissão de Agricultura e Mar e a Comissão de Economia e Obras Públicas, a constituição de um grupo de trabalho para avaliar o estado da arte nesta matéria, ou seja, para perceber quais são as verdadeiras políticas de valorização da biomassa do atual Governo com vista à produção de energia e à preservação da floresta contra incêndio, e, particularmente, para cruzar as estratégias políticas constantes quer do Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios quer do plano nacional de produção de energias renováveis.

Aí, sim, perceber-se-á qual é o estado da arte e o ritmo de trabalho deste Governo, que percebemos que é nulo, e, particularmente, qual é a orientação que devemos ter nesta matéria.

É esta a proposta do PS, num sentido sério e responsável, para avaliar como deve ser e conduzir a orientação política para as políticas inexistentes deste Governo nesta matéria.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Heloísa Apolónia, para uma intervenção.



A Sr.<sup>a</sup> **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Quero, em nome do Grupo Parlamentar de Os Verdes, saudar as iniciativas aqui apresentadas sobre a matéria da biomassa.

Inegavelmente, estamos a tratar de uma matéria que tem uma vertente relevantíssima em sede de combate aos incêndios. Infelizmente, os incêndios florestais têm constituído, ao longo dos anos, e nalguns anos em particular, um flagelo enorme no nosso País, com grandes prejuízos de ordem ambiental, social e económica. Infelizmente também as vontades políticas dos sucessivos governos não têm sido firmes ao ponto de combater este flagelo de uma forma eficaz. E quando Os Verdes dizem «combater de uma forma eficaz» referem-se a apostar fundamentalmente naquilo que está antes daquilo a que comumente designamos como combate, ou seja, como é óbvio, na matéria da prevenção dos incêndios florestais.

Promover uma limpeza da floresta, incentivar à limpeza da floresta é, obviamente, contribuir para a prevenção da dimensão dos incêndios florestais. Por outro lado, esta matéria tem também uma vertente importante ao nível energético, na autonomização energética e na diversificação das nossas fontes de produção energética.

Os Verdes gostariam de vincar sobre esta matéria o seguinte: produção dedicada, nunca! E Os Verde sabem aquilo que estão a dizer!... É que por este mundo fora, numa lógica de achar negócios a torto e a direito, custe o que custar, começa a haver muita produção florestal de ciclo curto com vista justamente a uma desvalorização — e digo desvalorização — da componente florestal para achar negócios que não são rentáveis do ponto de vista ambiental. Repito: do ponto de vista ambiental. Uma coisa é aproveitamento de subprodutos — estamos perfeitamente de acordo, incentive-se e faça-se ao máximo — mas produção dedicada, nunca! É isto que eu gostava de sublinhar em nome de Os Verdes.

Para além disto, devem ser construídas centrais de biomassa adequadas justamente à dimensão do aproveitamento desses subprodutos, com vista àquilo que referi: o combate aos incêndios florestais e a dimensão energética desta matéria.

Para finalizar, Sr. Deputado Altino Bessa, julgo que ninguém referiu aqui não há PRODER florestal. Aquilo que se referiu, e com grande pertinência, é que há um corte no PRODER florestal. É que estas coisas dos orçamentos e dos financiamentos também trazem uma dimensão política atrás! Trazem ou não trazem? Trazem! Quando falamos de apoio aos produtores, quando falamos do apoio ao aproveitamento desses subprodutos em concreto, falamos de um incentivo concreto. E, quando falamos de financiamento, o financiamento tem repercussões sobre os incentivos em concreto.

Sobre os projetos de resolução em debate, Os Verdes consideram que os diplomas do PSD e do CDS são profundamente generalistas, o que demonstra que não querem ir ao centro em concreto do incentivo. Os Verdes, porém, vão votar favoravelmente todos os projetos de resolução.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Agostinho Lopes.

O Sr. **Agostinho Lopes** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Srs. Deputados do PSD e do CDS: Gostaria de perceber que questões são demagógicas ou são apenas medidas temporárias e ocasionais, embora se justifique a ocasionalidade e a temporalidade de algumas medidas. Gostaria de perceber isto porque se fazem agora esta caracterização deste projeto de resolução, então, têm de considerar os vossos projetos de há um ano exatamente assim, ou seja, demagógicos e com medidas ocasionais e temporais. O que é pior é que temos considerar que esses projetos de resolução que foram apresentados há um ano não passavam, de facto, de fogo-de-vista de partidos que estavam na oposição mas que não pretendiam, de facto, concretizar nada.

Srs. Deputados, gostaria de perceber o que é que é demagógico, o que são medidas temporárias, embora elas se justifiquem, pois estamos em vésperas do verão. O que recomendamos é o levantamento de meios no âmbito do PRODER e do Fundo Florestal Permanente suscetíveis de serem ainda aplicados em projetos ou até para concretizar projetos que já estão apresentados; agilizar e facilitar a aplicação de medidas que visam reduzir a carga de biomassa florestal; acelerar a concretização da rede primária, que é da responsabilidade do Governo; colocar às principais empresas de infraestruturas de redes nacionais (como a Brisa, a Ascendi, a EDP, a Estradas de Portugal e a Refer) a necessidade de verem qual é a situação das respetivas faixas que

ocupam na floresta; ou ainda que se avalie com urgência o estado de prontidão e funcionalidade de um conjunto de redes de apoio ao combate aos fogos florestais.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Queira concluir, Sr. Deputado.

O Sr. **Agostinho Lopes** (PCP): — Vou concluir, Sr. Presidente.

Os senhores não devem ter dúvidas nenhuma que, em matéria de prevenção, estamos como estávamos, isto é, a zero.

Relativamente à prevenção nas áreas protegidas, por exemplo, numa resposta do Ministério da Agricultura, reparem nesta coisa extraordinária que diz a Sr.<sup>a</sup> Ministra da Agricultura: «relativamente à redução de combustíveis nas áreas protegidas, julgo que têm a ideia de que as áreas protegidas ocupam, em Portugal, mais de 500 000 ha. Redução de combustíveis em 2011: 750 ha, 0,015%». Não é preciso dizer mais nada, Srs. Deputados! Estamos combinados, em termos de intervenção na redução de material combustível nas florestas e, particularmente, nas áreas protegidas.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Srs. Deputados, damos, então, por concluído este ponto da ordem do dia. Os projetos de resolução discutidos serão votados no período de votações, às 12 horas.

Vamos passar à apreciação, na generalidade, do projeto de lei n.º 179/XII (1.<sup>a</sup>) — Procede à alteração ao Código de Trabalho (Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 105/2009, de 14 de setembro, e 53/2011, de 14 de outubro) (Os Verdes).

Para apresentar este projeto de lei, dou a palavra ao Sr. Deputado José Luís Ferreira.

O Sr. **José Luís Ferreira** (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Creio que todos nesta Sala haverão de reconhecer que existe, em Portugal, uma grande tradição carnavalesca e que o Entrudo é um dos mais importantes ciclos festivos no nosso País.

Existe, de facto, uma tradição consolidada de organização de festas neste período, acabando o Carnaval por ser entendido e interiorizado como um verdadeiro feriado.

Aliás, esta constatação é mais que evidente nos despachos dos governos anteriores que decretaram o feriado de Carnaval. E, apesar destes despachos abrangerem apenas a administração central, a verdade é que este feriado sempre foi aplicado por outros sectores da Administração Pública, nomeadamente a administração local, mas também pelo setor privado.

Ou seja, a terça-feira de Carnaval é culturalmente um dia assimilado pelas pessoas como um verdadeiro feriado. E este facto tem levado os portugueses a planearem, com tempo, uma saída com a família nesse dia, tantas vezes até com reservas antecipadas de estadas, que é necessário acautelar.

Por outro lado, o calendário escolar está organizado no pressuposto do feriado na terça-feira de Carnaval. Daí a interrupção do ano letivo nesse período, as férias escolares de Carnaval.

Muitos serviços da administração central não marcam nada para esse dia, centros de saúde e hospitais não marcam consultas, tribunais judiciais não agendam diligências para a terça-feira de Carnaval.

Contudo, este ano, o Governo decidiu não considerar o Carnaval como um feriado, isto para além de anunciar a intenção de eliminar vários feriados nacionais, o que se traduzirá em dias adicionais de trabalho sem a remuneração correspondente e em menos dias de descanso para os portugueses.

O Governo ignorou a importância económica, social e cultural que esta data tem para os portugueses e contrariou grosseiramente as dinâmicas sociais, económicas e culturais de várias comunidades e localidades.

Daí que a maioria dos municípios tenha demonstrado um completo desprezo pela decisão do Governo, e até a GNR ignorou literalmente esta decisão e colocou no terreno a «operação Carnaval».

O Governo ficou completamente isolado nesta decisão. Fez uma figura triste. O Governo, neste número, mascarou-se de «totó».

Mas mais, a pobre e triste decisão do Governo levou à situação caricata e singular de termos uma terça-feira de Carnaval em que meio País esteve parado e meio País esteve a trabalhar.

E, mais grave, a metade do país que trabalhou fê-lo apenas a meio gás, porque não houve correio, já que os CTT estiveram encerrados, e os bancos nem sequer chegaram a abrir nesse dia.

Isto já para não falar das dificuldades de mobilidade daqueles que tiveram de trabalhar na terça-feira de Carnaval, uma vez que a oferta de transportes públicos foi muito mais reduzida. Foi a oferta própria de um feriado.

Face ao que foi dito, não nos parece razoável deixar nas mãos do Governo a faculdade de, uma ou duas semanas antes, decidir não considerar o Carnaval como um feriado, frustrando assim a expectativa dos portugueses, das autarquias locais e dos operadores de turismo e restauração, que investiram e preparam com antecedência esse dia, nem dando, sequer, tempo para que os serviços, como na área da saúde ou da justiça, se possam reorganizar face ao novo quadro.

Por tudo isto, Os Verdes propõem, através desta iniciativa legislativa, proceder à alteração do Código do Trabalho, no sentido de incluir a terça-feira de Carnaval no elenco dos feriados obrigatórios.

Esperamos, assim, das restantes bancadas, sem hipocrisias e sem partidas de Carnaval, uma avaliação séria e honesta desta proposta.

A Sr.<sup>a</sup> **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Muito bem!

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Rêgo.

O Sr. **Artur Rêgo** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: O Sr. Deputado José Luís Ferreira, acabou a sua intervenção exatamente da maneira que deveria acabar, sem hipocrisias e sem falsidades, e é nesse contexto, e tendo em atenção esse princípio, que irei responder ao Sr. Deputado José Luís Ferreira.

Sabe, Sr. Deputado, Os Verdes apresentam aqui este projeto de lei numa altura em que deu entrada no Parlamento, tendo decorrido o período para a apresentação de alterações por todas as bancadas parlamentares, a proposta de lei do Governo precisamente para alterar o Código do Trabalho, em que há um artigo que refere esta questão dos feriados, propondo a redução de quatro feriados.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Aiveca** (BE): — Há dois que não vão conseguir!

O Sr. **Artur Rêgo** (CDS-PP): — Os Verdes poderiam, sem hipocrisias, terem contribuído para esse debate e apresentado uma proposta de alteração a esse artigo, e não um projeto de lei autónomo. Esse é o primeiro ponto.

Segundo, acho interessante — mas é bom que venham aqui trazer este debate e esta discussão nestes termos — que os partidos e os grupos parlamentares que aqui estão, que tanto falam das forças sociais, do autismo de não se ouvir as forças sociais, de não se ouvir a concertação social, os parceiros sociais, venham fazer aqui uma proposta totalmente à revelia daquilo que foi acordado em concertação social.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Vá ao fundo da questão! Isso é conversa da treta!

A Sr.<sup>a</sup> **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Não ouviu?! É o carnaval!

O Sr. **Artur Rêgo** (CDS-PP): — A proposta do Governo que deu entrada agora propõe a redução de quatro feriados, redução essa acordada em concertação social, mas Os Verdes não propõem que se consagre o Carnaval como um feriado em substituição de um dos quatro dos que vão ser alterados, não!

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — E depois? Não se pode alterar?

O Sr. **Artur Rêgo** (CDS-PP): — Os Verdes mantêm os outros todos e somam-lhes mais o feriado de Carnaval. Estão aqui!...

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Rato** (PCP): — Agora o CDS é que diz o que se deve alterar!

O Sr. **Artur Rêgo** (CDS-PP): — Ou seja, Os Verdes, ao arrepio do tal bom senso, da tal seriedade, da tal honestidade de processos, ao arrepio, acima de tudo, do parecer, do interesse e do que foi acordado em concertação social por todos os parceiros sociais com o Governo,...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Todos?! Todos?!

O Sr. **Artur Rêgo** (CDS-PP): — Todos os que se quiseram sentar à mesa!.

**Vozes de Os Verdes e do PCP:** — Ah!

O Sr. **Artur Rêgo** (CDS-PP): — Houve alguns que se levantaram, mas fizeram-no de sua própria autoria.

Aliás, estou à vontade para dizer isso e o CDS também, porque uma coisa que lamentamos, e foi dito publicamente, é que a CGTP se tenha levantado e tenha optado por não assinar. Mas estavam lá todos os restantes parceiros sociais.

Consideramos — eu e o CDS — esta proposta de Os Verdes um desrespeito pelos parceiros sociais e por quem acordou a alteração do número de feriados e deu já a indicação de quais seriam os feriados a alterar.

Queria ainda dizer-lhes que, se os senhores pegarem no PIB nacional, o dividirem pelo número de dias do ano e virem quanto é que calha a cada um dos dias, ficam com uma noção do impacto económico, de quanto é que representa um dia de trabalho para Portugal,...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — O pior é não acabarem com os domingos!

O Sr. **Artur Rêgo** (CDS-PP): — ... e ficam com uma ideia do impacto económico que isso tem na produção e na produtividade do País,...

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Queira concluir, Sr. Deputado.

O Sr. **Artur Rêgo** (CDS-PP): — Concluirei, Sr. Presidente.

... que, deveriam lembrar-se, é uma das grandes lutas, não deste Governo nem esta maioria mas do País, que o País tem de travar, aumentando a sua produtividade e a sua capacidade, para sairmos da situação em que nos encontramos.

Srs. Deputados, se queriam uma intervenção honesta, tiveram-na agora, da parte do CDS.

*Aplausos do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Catarina Martins.

A Sr.<sup>a</sup> **Catarina Martins** (BE): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> Deputadas, Srs. Deputados: Como sabem, no trabalho na especialidade que está agora a decorrer sobre as alterações ao código laboral, o Bloco de Esquerda apresentou propostas que rejeitam todas as alterações para acabar com feriados, que são propostas pelo Governo da maioria PSD/CDS.

Entendamo-nos sobre o que está em cima da mesa. O que nos dizem é que querem que se trabalhe mais dias, retirando dias de feriado aos trabalhadores, num País em que já se trabalha mais horas e mais dias do que na média europeia. Dizem-nos que é para combater a crise mas — espantem-se! — não propõem qualquer aumento de remuneração para os trabalhadores. Portanto, não sabemos qual é a crise que querem combater, mas não é, com certeza, a crise que todas as pessoas sentem por não ganharem o suficiente para a sua sobrevivência quotidiana.

O que querem é que as pessoas trabalhem mais dias mas não ganhem por isso, o que não combate a crise que os trabalhadores e as trabalhadoras sentem, pelo contrário, é apenas exigência de trabalho gratuito e é, por isso, inadmissível.

Naturalmente, é também inadmissível que se diga que se quer acabar com feriados, sabendo-se já quais são uns e quanto a outros espera-se que a igreja diga quais serão, e até o Vaticano já veio dizer que tem muitas dúvidas sobre tudo isto.

É absolutamente inadmissível que o Governo da República queira acabar com um feriado como o da implantação da República, esse dia maior do que é a igualdade e do que é também a criação de um espaço de democracia, de um avanço civilizacional, que é tão relevante e, portanto, não tem qualquer sentido esta proposta.

De todas as formas, o que Os Verdes nos propõem hoje é diferente: propõem-nos que uma tolerância de ponto passe a ser um feriado.

Fica a direita muito chocada com esta ideia e não sabemos muito bem em que país tem vivido. Para informação da bancada da maioria, a maior parte da população sempre interiorizou o Carnaval como um feriado. É talvez novidade para os senhores mas não é novidade para ninguém que está fora desta Assembleia da República. É por isso que, este ano, quando o Governo tentou acabar com a tolerância de ponto, foi desautorizado por todos: foi desautorizado pelas autarquias, que deram tolerância de ponto na mesma; foi desautorizado pelas empresas cujo acordo da empresa, em tantos casos, tem o Carnaval como feriado obrigatório.

Portanto, o que o Governo quer criar é algo de artificial. O feriado do Carnaval está interiorizado pela população, é muito importante para muitos locais, do ponto de vista económico e do ponto de vista regional, é uma festa comunitária que é também dinamizadora e motivadora de dinâmicas económicas que são muito importantes para o País. E fazendo as contas entre o que se ganha e o que se perde nas contas públicas, não só a ideia autoritária do Governo — é autoritarismo puro acabar com o Carnaval — não tem sentido como, do ponto de vista económico, também se mostra completamente ineficiente, muito pelo contrário, piora as contas públicas e piora a economia do País.

Vamos, portanto, acompanhar a proposta de Os Verdes, lembrando que uma vez isto já foi tentado — num governo de Cavaco Silva, foi uma vez e não se voltou a tentá-lo —, mas este Governo de mau humor, que convive mal com o Carnaval, convive mal com a festa da crítica e da caricatura na rua, tenta agora outra vez, com autoritarismo, com obscurantismo, acabar com o Carnaval. Ora, toda a população disse que não fazia sentido, que isso era um sinal claro e um sinal que a maioria deveria saber ler.

*Aplausos do BE.*

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Sá.

O Sr. **Nuno Sá** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Em primeiro lugar, é preciso dizer que hoje, nesta Câmara, só falamos desta matéria da introdução de novos feriados obrigatórios graças à forma desastrosa como o Governo decidiu gerir o último Carnaval.

Isso é por todos reconhecido e deve aqui ser recordado como mais um episódio infeliz de como o Governo tratou esta matéria, que é uma matéria que diz respeito aos trabalhadores e à economia portuguesa.

Entendemos que Os Verdes, com esta proposta, que não consideramos como uma brincadeira de Carnaval — até porque o Carnaval já passou — mas como uma iniciativa legislativa para ser avaliada de forma séria, politicamente, estão, na verdade, a ajudar o Governo com esta proposta, que é, reconhecemos, uma proposta populista.

No momento político em que se discutem alterações à legislação laboral, em que existe, do lado da direita mais radical e do Governo, uma tentativa feroz de dinamitar, de pôr em causa tudo o que são feriados obrigatórios ou facultativos, tudo o que são direitos conquistados pelos trabalhadores e desrespeitando, inclusive, a cultura e o impacto económico que esses aspetos culturais têm na sociedade portuguesa, neste momento, Os Verdes vêm apresentar a proposta — pasme-se! — de mais um feriado obrigatório.

Ora, o Partido Socialista não acompanha nem a direita radical nem a esquerda radical e populista, porque isto nada tem a ver com a realidade, nem com o momento que vivemos e com as respostas que são necessárias.

Aliás, diga-se, existe uma paz social ampla, um consenso, que sempre existiu, nos últimos anos, na sociedade portuguesa, relativamente à gestão e à tipificação dos feriados.

O Partido Socialista, aliás, em coerência com isso mesmo, apresentou, nesta Câmara, a propósito das alterações à legislação laboral, uma proposta precisamente para manter o regime legal dos feriados, tal qual existe. É que nunca houve qualquer conflito ou qualquer problema social ou económico com a gestão dos feriados.

Foi este Governo que inaugurou essa confusão, que inaugurou uma péssima experiência na gestão dos feriados com o episódio do Carnaval.

Mas, Sr. Deputado do Partido Ecologista «Os Verdes», o Governo há de mudar — e nós esperamos que mude o mais depressa possível — e este episódio certamente ficará na memória dos portugueses para ajudar na avaliação deste Governo.

Portanto, para o Partido Socialista, o quadro dos feriados obrigatórios, facultativos e municipais, tal qual está, não oferece qualquer problema, pelo que deverá manter-se. Daí a proposta que apresentámos no debate que decorre sobre a alteração à legislação laboral.

Por último, queria também dizer às bancadas que suportam o Governo o seguinte: não fiquem só muito satisfeitos com a concertação social. É que convém aqui recordar as condições para se chegar a este acordo relativamente aos feriados, na concertação social. Convém aqui recordar a «chantagem», o acenar que foi feito com a meia hora de trabalho, para que, sob essa grande pressão, os parceiros sociais tivessem de aceitar a redução dos feriados. E esta matéria nem constava do Memorando da troica.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Srs. Deputados, como não há mais inscrições, vamos passar ao ponto seguinte...

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Tem a palavra.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Presidente, estava só a aguardar a inscrição de algum Sr. Deputado do PSD, pois estava curioso para saber o que o Partido Social Democrata iria dizer sobre esta matéria. Mas, não havendo qualquer inscrição do PSD, gostaria de dizer ao Partido Ecologista «Os Verdes» que acompanhamos todo o conjunto de argumentação aqui aduzida relativamente à importância que o Carnaval tem na nossa sociedade, aos impactos económicos desta decisão, profundamente errada, que foi a eliminação do feriado do Carnaval, ao enraizamento cultural que o Carnaval tem na nossa sociedade e aos impactos desta medida.

Mais, não se percebe o porquê desta medida. E aquilo que se passou no dia de Carnaval é bem demonstrativo de como o Governo ficou sem qualquer tipo de fundamentação relativamente a esta matéria, porque, na prática, o feriado existiu.

Há um argumento que queremos introduzir neste debate, que diz respeito ao facto de a eliminação do feriado do Carnaval estar inserida num profundo pacote de alteração à legislação laboral, que visa o agravamento da exploração de quem trabalha e que prevê a facilitação dos despedimentos, o ataque aos direitos e à contratação coletiva, o trabalho suplementar pago a metade do seu valor, a desregulamentação do horário de trabalho, a imposição de bancos de horas e, naturalmente, a imposição de trabalhos forçados.

É precisamente acerca deste último aspeto que quero salientar a nossa argumentação. Refiro trabalhos forçados, porque o Governo pretende eliminar quatro feriados e a majoração de três dias de férias decorrentes do facto de os trabalhadores não faltarem ao trabalho. Nessa medida, são mais sete dias de trabalho que vão direitinhos para o bolso do patrão — e são mais sete dias, onde se inclui este feriado. E é curioso sublinhar que, ao contrário do que o CDS disse e do que também aqui foi referido, os trabalhadores portugueses trabalham, em média, mais do que quaisquer outros trabalhadores de outros países da Europa.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Ora bem!

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Isso é que é verdadeiramente extraordinário! Dizer que nós temos um problema de produtividade por causa do Carnaval é um disparate pegado. Dados da OCDE e do IMD comprovam que, em Portugal, se trabalha, em média, mais horas do que no Luxemburgo, na Itália, na Suécia, na Noruega, na Estónia, na Holanda, na Espanha, na Alemanha, na Bélgica, na Dinamarca, na França... Escolham, Srs. Deputados!

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Só há um país na Europa em que o número de horas de trabalho é, em média, mais elevado do que o nosso: a Grécia, que está na situação desgraçada que está e cujos trabalhadores estão a sofrer exatamente a mesma ofensiva que os portugueses.

E veja-se a produtividade nestes países: a França, país onde, em média, se trabalha menos horas em toda a Europa, é curiosamente o quinto país mais produtivo, segundo os dados do IMD.

Portanto, Srs. Deputados, sabemos muito bem que a produtividade não está associada ao número de horas de trabalho. Se fossemos avaliar por esse parâmetro, seríamos o País mais produtivo do mundo.

Assim sendo, o que esta questão da eliminação dos feriados (a saber, a eliminação do feriado do Carnaval) e da eliminação da majoração dos dias de férias significa, efetivamente, é o agravamento da exploração de quem trabalha, é pôr os trabalhadores portugueses a trabalhar mais para receber menos, é dar dias de trabalho de graça ao patrão — e isto é verdadeiramente inaceitável. É essa a motivação do PSD e do CDS-PP.

Dizem que está em discussão um projeto de alteração ao Código do Trabalho. Pois bem, quero aqui anunciar que o PCP apresentou uma proposta de alteração ao Código do Trabalho que vai precisamente no mesmo sentido que o projeto de lei hoje aqui apresentado pelo Partido Ecologista «Os Verdes». E não há qualquer incompatibilidade relativamente a esta matéria. Nessa altura, vamos ver como é que o PSD e o CDS-PP se comportam. É que, mais uma vez, o que estamos a adivinhar é que o CDS, o PSD e o PS vão alinhar no diapasão da exploração de quem trabalha como o caminho para resolver os problemas do nosso País.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Queira concluir, Sr. Deputado.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Concluo já, Sr. Presidente.

Aumentar o número de horas de trabalho não resolve qualquer problema do nosso País; vai, sim, agravar o problema do desemprego e o problema da injustiça e da exploração. Com isso, vivem bem o CDS-PP, o PSD e o PS. O PCP não vive bem com isso e vai lutar contra esta alteração.

*Aplausos do PCP.*

Sr. **Presidente** (António Filipe): — Tem a palavra o Sr. Deputado Arménio Santos.

O Sr. **Arménio Santos** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Com esta iniciativa legislativa, o Partido Ecologista «Os Verdes» pretende institucionalizar a terça-feira de Carnaval como feriado obrigatório.

O regime jurídico dos feriados está consagrado no Código do Trabalho, que prevê dois tipos de feriados: os obrigatórios, civis e religiosos, e os facultativos, como é o caso da terça-feira de Carnaval.

Este projeto de lei entrou na Assembleia da República depois da apresentação de uma proposta de lei, que visa exatamente reduzir o número de feriados obrigatórios. Ou seja, o Governo considera necessário reduzir quatro feriados obrigatórios, enquanto Os Verdes, pelo contrário, propõem que o seu número seja aumentado com a terça-feira de Carnaval.

Tal situação, Sr. Presidente, suscita-nos três questões. A primeira é que a proposta do Governo resultou de uma ponderação com os parceiros sociais e de um frutuoso diálogo com a Igreja Católica.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Pelos vistos, não é assim tão passivo!

O Sr. **Arménio Santos** (PSD): — O que significa que, para aquelas entidades, a situação económica e financeira do País, bem como o nosso enquadramento no contexto da União Europeia, aconselham a redução do número de feriados.

Ora, o projeto de lei de Os Verdes afronta esse consenso e desrespeita a concertação social e os compromissos que nela são assumidos, o que é inaceitável para o Partido Social Democrata.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Qual consenso? Não há consenso nenhum!

O Sr. **Arménio Santos** (PSD): — A segunda questão tem a ver com o carácter facultativo deste feriado, que, do nosso ponto de vista, deve manter-se. Há contratos coletivos de trabalho e acordos de empresa que reconhecem a terça-feira de Carnaval como feriado, há setores que o concedem por mera tradição e há a maioria dos setores que trabalha.

Assim sendo, em nossa opinião, não faz qualquer sentido alterar-se, sobretudo nesta altura, o carácter facultativo deste feriado.

A terceira questão tem a ver com os impactos do dia do Carnaval, em termos económicos, sociais e culturais.

O PSD tem plena consciência da importância destas festividades nesses domínios. Mas, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, se esses festejos forem organizados atempadamente, será possível aos seus promotores e ao poder local envolver privilegiar a sua realização, sem danos desnecessários, no fim de semana imediatamente anterior à terça-feira tradicional.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Já existem!

O Sr. **Arménio Santos** (PSD): — Sr. Presidente, o PSD considera esta iniciativa legislativa puramente demagógica. Num quadro de dificuldades como o que o País enfrenta, e sob a capa de arautos da economia, da cultura e das tradições, Os Verdes querem criar mais um feriado obrigatório.

É fácil apresentar propostas que são simpáticas e populares, mas os tempos não estão para facilitismos.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Não estão é para demagogias!

O Sr. **Arménio Santos** (PSD): — Estamos habituados a ver certos partidos seguirem sempre o caminho mais fácil, mesmo que seja de uma enorme irresponsabilidade. É o caso do projeto de Os Verdes.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

*Protestos do PCP.*

O Sr. **Arménio Santos** (PSD): — Mas os portugueses sabem quem é que está do lado do bom senso e do sentido de responsabilidade e quem é que perfilha o irrealismo e o oportunismo demagógico.

Por isso, o PSD vai assumir as suas responsabilidades, rejeitando este projeto, e confia no bom juízo dos portugueses.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado José Luís Ferreira.

O Sr. **José Luís Ferreira** (Os Verdes): — Sr. Presidente, não me surpreendo com o que ouvi.



Srs. Deputados Artur Rêgo e Nuno Sá, gostaria de saber onde está escrito que, pelo facto de haver um processo legislativo em curso, esta Assembleia se encontra inibida de alterar leis. É que esta até podia ser uma questão a resolver na especialidade.

Sr. Deputado Artur Rêgo, a vida, às vezes, obriga-nos a fazer determinados «números», mas nós pomonos a jeito para isso.

Já agora, vou informá-lo do seguinte: o Sr. Deputado falou de honestidade e de seriedade. A este propósito, vou apenas recordar-lhe que a iniciativa legislativa agora em discussão, apresentada por Os Verdes, entrou na Assembleia da República antes da proposta de lei apresentada pelo Governo para alterar a legislação laboral.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Pois é!

O Sr. **José Luís Ferreira** (Os Verdes): — Fique com essa nota e, agora, avalie e veja qual é o destinatário, quando se refere à honestidade e à seriedade com que as coisas se discutem.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Agora, tem de «enfiar o barrete»!

O Sr. **José Luís Ferreira** (Os Verdes): — O Sr. Deputado Artur Rêgo diz que a nossa proposta é apresentada à revelia da concertação social. Mas o Sr. Deputado sabe perfeitamente que estamos a falar de uma concertação manca — o Sr. Deputado até disse que os que não se sentaram saíram por vontade própria. O que não sabemos — e gostaríamos de saber — é por vontade de quem é que lá ficaram os outros.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Boa pergunta!

O Sr. **José Luís Ferreira** (Os Verdes): — Mas já houve um parceiro que ameaçou denunciar o acordo, e o Sr. Deputado sabe-o bem.

Sr. Deputado Artur Rêgo, temos de trabalhar sobre a lei que está em vigor, porque este processo que está a decorrer ainda nem sequer foi concluído.

*Risos do Deputado do CDS-PP Artur Rêgo.*

Isto pode ter muita graça, mas, repito, nós temos de trabalhar sobre a lei que está em vigor. E a lei que está em vigor é aquela sobre a qual incide o projeto. Nós não trabalhamos sobre projetos — aliás, nem sabemos se os feriados que os senhores querem cortar vão, ou não, ser cortados.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Exatamente!

O Sr. **José Luís Ferreira** (Os Verdes): — Sr. Deputado, bom senso e seriedade não foi o que vi aqui hoje.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Queira concluir, Sr. Deputado.

O Sr. **José Luís Ferreira** (Os Verdes): — Vou concluir, Sr. Presidente.

O Partido Socialista, sem se perceber muito bem porquê, alinhou com as bancadas da direita, mas, na verdade, a nós, não nos surpreende.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Exatamente!

O Sr. **José Luís Ferreira** (Os Verdes): — Sr. Deputado Arménio Santos, se, há alguns anos, eu ouvisse um Deputado do PSD ligado ao movimento sindical dizer aquilo que o Sr. Deputado hoje aqui disse era bem capaz de ter dado dois murros na televisão pois ter-me-ia convencido de que a televisão estava avariada.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Srs. Deputados, o projeto de lei que acabámos de discutir será votado à hora regimental.

Passamos agora à apreciação do projeto de resolução n.º 257/XII (1.ª) — Recomenda ao Governo que, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 203/2004, de 18 de agosto, na redação que lhe é conferida pelo Decreto-Lei n.º 11/2005, de 6 de Janeiro, pelo Decreto-Lei n.º 60/2007, de 13 de março, pelo Decreto-Lei n.º 45/2009, de 13 de fevereiro, e pelo Decreto-Lei n.º 177/2009, de 4 de agosto, abra vagas para a realização de internatos médicos em todos os estabelecimentos com idoneidade formativa atribuída pela Ordem dos Médicos (CDS-PP).

Para apresentar este projeto de resolução, tem a palavra a Sr.ª Deputada Isabel Galriça Neto.

A Sr.ª **Isabel Galriça Neto** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados: Discutimos hoje um projeto de resolução — aliás, já apresentado e votado na Legislatura anterior — que visa a abertura de vagas para a realização de internatos médicos em todos os estabelecimentos com idoneidade formativa atribuída pela Ordem dos Médicos.

Apesar de esta modalidade já estar prevista desde 2009 no Decreto-Lei n.º 45/2009, o certo é que, nunca tendo o Ministério da Saúde legislado neste sentido, se trata de um problema que se mantém em aberto.

De facto, falamos aqui de um problema que seguramente nos preocupa a todos e que, aliás, tem sido alvo de amplas discussões nesta Câmara: a questão da falta de recursos humanos no Serviço Nacional de Saúde e a questão da qualificação de recursos humanos, no âmbito do Serviço Nacional de Saúde.

Este é um problema que efetivamente nos preocupa e para o qual, à semelhança do que temos feito noutros âmbitos, tentamos encontrar soluções.

É isso que aqui nos traz, é isso que motiva a reapresentação deste projeto de resolução.

O Sr. **João Serpa Oliva** (CDS-PP): — Muito bem!

A Sr.ª **Isabel Galriça Neto** (CDS-PP): — A solução que aqui propomos é desejada pelos próprios médicos, é seguramente uma forma de organização que permitirá o alargamento das condições de melhoria de formação para os médicos em questão.

Quando hoje falamos da preocupação com a qualidade assistencial, convém lembrar que essa preocupação começa com a qualificação dos próprios recursos humanos, em nosso entender o valor-chave do Serviço Nacional de Saúde, e a quem prestamos aqui a nossa homenagem e reconhecimento.

**Vozes do CDS-PP:** — Muito bem!

A Sr.ª **Isabel Galriça Neto** (CDS-PP): — Só por preconceito ideológico, só por desconhecimento é que se pode persistir numa atitude em que se desperdiçam recursos qualificados para a formação de médicos, se promove a ineficiência e se abandonam entidades reconhecidas pela Ordem dos Médicos para ajudar à formação dos médicos portugueses.

O Sr. **Artur Rêgo** (CDS-PP): — Muito bem!

A Sr.ª **Isabel Galriça Neto** (CDS-PP): — O Ministério da Saúde tem a capacidade de fixar, através de contrato-programa, a realização deste tipo de internatos e, como tal, de criar condições transparentes que acautelem os interesses de todas as partes envolvidas.

Portanto, não se trata de destruir o Serviço Nacional de Saúde, de destruir o setor público, mas de acautelar o bem de todos, em prol dos doentes.

**Vozes do CDS-PP:** — Muito bem!

A Sr.ª **Isabel Galriça Neto** (CDS-PP): — Como tal, não entendemos que, de facto, se continue a encontrar uma justificação para manter o atual estado de coisas.

Para nós, este é um aspeto que urge levar à prática, a bem dos profissionais, a bem da capacidade e da livre iniciativa, a bem da liberdade, a bem da qualificação do Serviço Nacional de Saúde e, sobretudo, a bem dos doentes, a causa primeira que aqui nos move.

Esperamos ser acompanhados pelos outros grupos parlamentares e, obviamente, sem prejuízo de discutirmos o detalhe deste tipo de iniciativas, queremos, efetivamente, continuar a contribuir para a qualificação do Serviço Nacional de Saúde.

*Aplausos do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Ricardo Baptista Leite.

O Sr. **Ricardo Baptista Leite** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Quero agradecer ao CDS-PP por apresentar este projeto de resolução, que nos dá aqui uma oportunidade para discutir a formação médica em Portugal.

A qualidade da medicina praticada em Portugal merece reconhecimento além-fronteiras e deriva de uma formação pré-graduada bem estruturada, mas também do internato médico, provavelmente o momento mais importante da formação pós-graduada de qualquer médico que o capacita com a qualidade e com as competências de especialista.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **Ricardo Baptista Leite** (PSD): — O reconhecimento do papel do médico interno também se verifica no Serviço Nacional de Saúde. O médico interno assegura, muitas vezes com uma remuneração aquém do recomendável e abdicando em muito da sua vida pessoal, o normal funcionamento dos internamentos, das consultas hospitalares, dos centros de saúde e sabemos bem que são muitas vezes os médicos internos o sustentáculo dos próprios serviços de urgência do Serviço Nacional de Saúde.

O internato médico tem uma enorme importância para as próprias unidades de saúde. A presença dos internos dá uma perspetiva de futuro aos serviços, assegurando, assim, a transmissão de valores e de conhecimentos que fazem parte da tradição histórica do ensino médico, mas é também uma ferramenta que permite que os serviços possam captar, fixar e desenvolver conhecimentos, competências e criatividade, sendo os médicos internos, muitas vezes, os responsáveis pela verdadeira investigação clínica e inovação do SNS.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **Ricardo Baptista Leite** (PSD): — É no reconhecimento desta importância do internato médico que o Ministério da Saúde decidiu criar uma comissão técnica, que envolve a Ordem dos Médicos, com vista a otimizar o acesso e o funcionamento deste processo formativo e do internato médico no seu todo. Vai também rever o processo de gestão de vagas de acesso ao internato médico de modo a que possam corresponder às necessidades reais do País, pois uma gestão inteligente das vagas de acesso ao internato médico assegurará que não voltemos a ter no futuro, como temos hoje, carências de profissionais em áreas específicas, fruto de decisões erradas no passado.

Realço aqui a importância do papel da Ordem dos Médicos como garante da qualidade dos serviços que recebem os internos.

Portanto, o projeto de resolução que o CDS aqui apresenta e que acompanhamos dá um importante contributo para o trabalho desta comissão.

Este projeto de resolução propõe, tal como previsto na lei, que seja tida em conta a possibilidade do recurso a unidades de saúde de cariz social e privado, como, aliás, já acontece na realidade no meu concelho, Cascais, no Hospital de Sant'Ana e no Hospital de Alcoitão, com sucesso. E o nosso apoio assenta sobretudo — temos de deixar isto bem claro — no princípio de que a idoneidade formativa, ou seja, a qualidade do

serviço que dá a formação aos médicos, esteja sempre assegurada e certificada pela Ordem dos Médicos. Nunca abdicaremos desta qualidade.

Por isso, Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, apostar na qualidade da formação médica é determinante para assegurar a excelência do Serviço Nacional de Saúde e, assim, para assegurar que essa excelência esteja verdadeiramente ao serviço dos portugueses.

É isso que nos move e é para isso que continuaremos a trabalhar.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Tem a palavra, para uma intervenção, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Luísa Salgueiro.

A Sr.<sup>a</sup> **Luísa Salgueiro** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: O projeto de resolução que a bancada do CDS-PP nos traz hoje é uma iniciativa, no mínimo, *sui generis* e redundante.

Como VV. Ex.<sup>as</sup> saberão, Srs. Deputados, o que vêm propor neste projeto de resolução encontra-se já expressamente previsto na lei. Recordo que o artigo 11.º do Decreto n.º 203/2004 diz, expressamente, que o internato médico se pode realizar «em estabelecimentos públicos, com contrato de gestão ou em regime de convenção, do sector social, privados, ou em hospitais sociedades anónimas de capitais exclusivamente públicos, reconhecidos como idóneos para o efeito e de acordo com a sua capacidade formativa».

Este projeto de resolução vem propor que sejam abertas vagas no sector privado para o internato, mas parece-me, Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Galriça Neto, que mais importante do que isso seria analisar se no Serviço Nacional de Saúde a capacidade para formar esses internos se encontra ou não esgotada. E, quanto às vagas existentes no Serviço Nacional de Saúde para internato, é importante evidenciar que, em 2004, eram 780, em 2005 — não sei se se recorda, mas foi quando tomou posse um governo do Partido Socialista —, passaram para 1291,...

A Sr.<sup>a</sup> **Maria Antónia Almeida Santos** (PS): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Luísa Salgueiro** (PS): — ... e, em 2010, no final do nosso mandato, tínhamos 1168 vagas, o que não aconteceu durante os governos de direita, em que VV. Ex.<sup>as</sup> cativaram as verbas de internato no Serviço Nacional de Saúde.

*Aplausos do PS.*

O que importa é esgotar a capacidade instalada do Serviço Nacional de Saúde. É essa a nossa aposta.

Também não nos parece razoável que os médicos que são formados à custa do erário público vão depois exercer funções no setor privado, beneficiando esse setor, sem que sequer seja acautelado por VV. Ex.<sup>as</sup> que, caso isso venha a acontecer, as remunerações desses internos sejam asseguradas também pelo setor privado. Não é razoável que isso aconteça, ou seja, que, existindo capacidade nos hospitais públicos de formar os médicos, os encaminhemos para o privado. Neste particular aspeto, parece-nos que o facto de o Governo não ter aberto as vagas é uma decisão correta.

Sr.<sup>a</sup> Deputada, o seu colega de bancada Deputado João Serpa Oliva sugeriu ontem ter uma conversa lá fora, durante um café, com o meu colega Manuel Pizarro sobre outro assunto. Tomo, por isso, a liberdade de sugerir também que a Sr.<sup>a</sup> Deputada tenha lá fora uma conversa com o Sr. Ministro respetivo, que apoia, para que ele lhe explique que, neste momento, o projeto de resolução que os senhores apresentam não faz qualquer sentido, podendo até — o que não é o caso — induzir que existirá algum interesse por parte de alguém em beneficiar o setor privado para, à custa do erário público e da contribuição dos portugueses, formar médicos, quando isso não se justifica.

O problema da falta de especialistas prende-se sobretudo com a falta de médicos licenciados e V. Ex.<sup>a</sup> saberá melhor do que nós qual foi o período em que foram reduzidos os *numerus clausus* nas faculdades de medicina.

*Aplausos do PS.*

Não foi com o Partido Socialista que se reduziram as vagas! Foi num governo do Prof. Cavaco Silva que as vagas foram reduzidas ao mínimo e, neste momento, o Serviço Nacional de Saúde está ainda a pagar essa decisão e os portugueses estão ainda a ser prejudicados por não terem médicos especialistas por essa razão: não por falta de médicos licenciados, não por falta de realização dos internatos no setor público, mas por falta de médicos licenciados por força de uma política errada de há alguns anos atrás.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Galriça Neto, o projeto de resolução do CDS é aquilo a que vulgarmente se chama «gato escondido com o rabo de fora».

Diz o CDS que está muito preocupado com as listas de espera no Serviço Nacional de Saúde. Então, para que quer colocar os internos nos serviços privados e nos hospitais privados? Julgo que não é aí que se resolve o problema das listas de espera para consultas ou cirurgias do Serviço Nacional de Saúde. A não ser que a intenção do CDS seja, num segundo passo, vir dizer que as listas de espera das consultas do Serviço Nacional de Saúde também se vão agora passar a resolver no setor privado.

Diz o CDS que apresenta este projeto em nome da liberdade de escolha. Sr.<sup>a</sup> Deputada, sabe tão bem ou melhor do que eu que a escolha das vagas nas especialidades é subordinada a um concurso e que a regra principal desse concurso tem muito pouco a ver com a opção do interno. Tem a ver, fundamentalmente, com a sua classificação, com a nota que obtém na sua licenciatura.

Portanto, Sr.<sup>a</sup> Deputada, não venha falar em liberdade de escolha.

Na realidade, o projeto de resolução do CDS tem um objetivo muito preciso. Direi mesmo que o projeto de resolução do CDS não obedece a responder a qualquer problema ou interesse público. Responde, concretamente, aos interesses dos grupos privados — Mello, Espírito Santo e HPP. Porquê? Porque pretende apenas mão-de-obra barata para os hospitais privados no momento em que os hospitais privados têm dificuldade de garantir a mão-de-obra diferenciada de que necessitam. É o único propósito deste projeto de resolução.

Para resolver o problema das listas de espera, que parece preocupar tanto o CDS, é essencial contratar médicos, financiar os programas de listas de espera, pagar devidamente a competência das equipas. É isso que devia mover o CDS e não, desta forma, tentar convencer o País de que é pela via de pôr médicos internos no sector privado que se vai resolver o problema das listas de espera do Serviço Nacional de Saúde.

O essencial, Sr.<sup>a</sup> Deputada, é que o Estado consiga garantir a formação de todos os internos e consiga arranjar vagas com a devida idoneidade, o que é uma função da Ordem dos Médicos.

Por outro lado, o projeto de resolução do CDS não diz (mas está implícito) quem paga a formação dos internos nos hospitais privados. Serão os hospitais privados? Ou será o setor público, como pretendem os grupos privados que operam na área da saúde? Essa questão não preocupa o CDS, que tão preocupado está com as contas públicas?

A terminar, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, direi que este projeto de resolução não responde a qualquer problema que exista no País. Responde apenas às necessidades agudas que o setor privado tem para garantir os médicos de que necessita, ainda por cima pagando mal e barato.

*Aplausos do BE.*

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Tem a palavra, para uma intervenção, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos.

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A falta de médicos em Portugal é um dos problemas que permanece por resolver no Serviço Nacional de Saúde e que condiciona bastante o acesso dos utentes à saúde. Erros de sucessivos governos, nomeadamente a limitação no acesso ao curso de Medicina, a

par da desvalorização das carreiras médicas e da retirada de direitos, traduziram-se na carência de médicos no País, sentida em diversos equipamentos públicos de saúde.

Mais de um milhão de portugueses não tem médico de família e o tempo de espera para consultas ou cirurgias em algumas especialidades médicas ultrapassa em muito o razoável.

O PCP tem vindo a defender o alargamento da formação de médicos, seja pelo aumento de vagas no curso de Medicina seja pelo aumento de vagas para o internato médico em estabelecimentos públicos de saúde, garantindo, assim, a dotação do País dos meios humanos necessários.

Está demonstrado que não é pela inexistência de capacidade nos estabelecimentos públicos que não se aumentam as vagas para o internato público. Aliás, no limite, dever-se-ia mesmo esgotar a capacidade formativa no SNS.

O CDS propõe que se alargue o internato médico a entidades privadas de âmbito social ou lucrativo. Não podemos acompanhar esta medida. Embora a lei já a preveja, a sua concretização significaria, no entanto, uma redução da formação de médicos no SNS, o que, por sua vez, desviaria os médicos para as entidades privadas, enfraquecendo, assim, o SNS e seria ainda uma forma de os grandes grupos privados obterem mão-de-obra barata.

Há, no entanto, um conjunto de aspetos que a proposta do CDS-PP não esclarece. Por exemplo, os internatos só podem realizar-se onde se cumpram as «carreiras médicas»; como é assegurado o pagamento da formação e dos vencimentos ou se estão a contar com o financiamento do Estado para os internos trabalharem no privado. Durante os diferentes internatos são necessários estágios em diferentes áreas. Como garantem os estágios quando alguns privados não dispõem de todas as valências?

Como seria efetuada a escolha? Como seriam definidos os hospitais privados a receber internos? Quem se responsabilizaria pelos seus atos? Os hospitais privados estão disponíveis para assumir os riscos, caso ocorra algum problema? A verdade é que os contratos dos médicos nas entidades privadas não os obrigam a acompanhar e ensinar internos, como ocorre com os profissionais integrados nas carreiras médicas no SNS.

A possibilidade de o internato médico poder realizar-se em entidades privadas não vai ao encontro das necessidades do País, antes favorece os interesses lucrativos na saúde, especialmente dos grandes grupos económicos, retirando recursos ao País, ao serviço de toda a população, passando a estar somente ao serviço de alguns, daqueles que podem pagar os cuidados de saúde.

A realização do internato médico fora dos estabelecimentos públicos de saúde constitui mais uma «machadada» das políticas de direita no SNS, fragilizando-o e reduzindo a sua capacidade de intervenção face às necessidades dos portugueses. Reiteramos a necessidade do reforço das vagas para o internato médico no setor público, com idoneidade formativa, mas rejeitamos a hipótese de este internato se realizar em entidades privadas, o que é contrário aos interesses públicos dos portugueses e do País.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Para uma segunda intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Galriça Neto.

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Galriça Neto** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.<sup>as</sup> Deputadas, agradeço as perguntas que me foram colocadas e gostaria de dizer à Sr.<sup>a</sup> Deputada Luísa Salgueiro que não deve ter seguido com atenção aquilo que eu disse.

Não vou responder a insinuações porque não tenho como prática conversas de corredor, o que talvez caracterize outras bancadas, não a minha.

*Aplausos do CDS-PP.*

Por outro lado, lamento que, tendo legislado sobre esta matéria, tenham tido a fraqueza, a falta de vontade política para levar à prática uma medida sobre qual os senhores quiseram legislar. É sinónimo daquilo que caracterizou a saúde nos últimos seis anos — falta de pragmatismo, de rigor e de eficiência.

O Sr. **João Serpa Oliva** (CDS-PP): — Ficava tudo no papel!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Galriça Neto** (CDS-PP): — De facto, *sui generis* não é a nossa proposta. *Sui generis* foi o que os senhores fizeram ao Serviço Nacional de Saúde, deixando-a na mão dos credores. Isso é que, de facto, é, no mínimo, *sui generis*.

**Vozes do CDS-PP:** — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Galriça Neto** (CDS-PP): — Gostaria também de clarificar que desconhece que, em relação às diferentes especialidades — e os outros Srs. Deputados também levantaram esta questão —, o mapa da disponibilidade nas instituições públicas não é igual e há especialidades no sector público onde estão esgotadas capacidades formativas.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Sr.<sup>a</sup> Deputada, queira concluir.

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Galriça Neto** (CDS-PP): — Vou terminar, Sr. Presidente.

Alargando a resposta aos outros Srs. Deputados, a quem agradeço as perguntas que colocaram, devo dizer que continuamos a não encontrar justificação para se avançar nesta proposta, uma vez que reiterámos, e mantemos, a necessidade de transparência e, portanto, não entendemos a vossa falta de crença nas capacidades do Ministério da Saúde para regulamentar este processo e para o manter transparente, o que nos espanta.

Também nos espanta o paternalismo patente nas intervenções que reduz a liberdade dos médicos, reduz a capacidade de decisão dos médicos e pensa que alguém se vai substituir a eles.

Portanto, continuamos a ver mais-valias e acautelamos a qualidade, a transparência e o rigor no Serviço Nacional de Saúde.

*Aplausos do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Terminamos, assim, o debate deste projeto de resolução, que será votado dentro em pouco, no período regimental de votações.

Lembro que estão a decorrer, na Sala D. Maria, eleições para órgãos externos, pelo que, Srs. Deputados, peço que não se esqueçam de exercer o vosso direito de voto.

Srs. Deputados, passamos ao ponto seguinte da ordem de trabalhos, que consta da discussão conjunta da petição n.º 49/XII (1.<sup>a</sup>) — Apresentada por Henrique Manuel Pinto de Almeida Cayolla e outros, solicitando à Assembleia da República que seja adjudicado de imediato o concurso do Metro para a Trofa, e dos projetos de resolução n.ºs 290/XII (1.<sup>a</sup>) — Recomenda que o prolongamento da Linha Verde do Metro, entre o ISMAI e a Trofa, integre a 2.<sup>a</sup> fase da rede do Metro da Área Metropolitana do Porto (PCP), 292/XII (1.<sup>a</sup>) — Recomenda a adjudicação imediata do concurso do Metro para a Trofa (BE) e 295/XII (1.<sup>a</sup>) — Recomenda ao Governo que reafirme a necessidade da concretização da ligação do Metro do Porto entre o ISMAI e o concelho da Trofa (PS).

Cada grupo parlamentar disporá de 2 minutos para intervir.

Em primeiro lugar, tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, começo por saudar os mais de 8000 trofenses que assinaram esta petição e dizer que ela mostra claramente o seguinte: primeiro, que os trofenses não desistem de ter metro na Trofa; segundo, que os trofenses não esquecem que há 12 anos lhes tiraram o comboio; e, terceiro, que os trofenses não esquecem que há 12 anos disseram que o metro chegava à Trofa na primeira fase da rede de construção.

Esta petição tem outra virtualidade: não vamos debater retórica, não nos vamos limitar a pronunciar palavras bonitas para o auditório ouvir. Apresentamos uma iniciativa legislativa que pretende discutir e votar uma posição da Assembleia e a verdade é que o PSD e o CDS vão ficar nas *boxes*, vão ficar nas «covas», porque não apresentaram nada em concreto, querem continuar a ficar pelas palavras.

Srs. Deputados, a Trofa está a ser enganada há uma dúzia de anos, primeiro pelo governo de Guterres, há 12 anos, depois pelo governo de Barroso, em 2004/2005, e voltou a ser enganada pelo governo do Partido Socialista, em 2007.

Queremos, com esta iniciativa, que seja reposta a legalidade, isto é, que a ligação à Trofa volte a integrar a segunda fase da rede do metro. Votar a favor significa respeitar a Trofa, respeitar os trofenses.

Votar contra também tem um significado muito claro: voltar a enganar a Trofa, voltar a enganar os trofenses. E tem ainda um outro significado: clarificar que quem votar contra não quer nunca mais que o metro chegue à Trofa.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Catarina Martins.

A Sr.<sup>a</sup> **Catarina Martins** (BE): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Começo por saudar não só os milhares de pessoas que assinaram a petição para que a Trofa possa ter o metro que foi prometido, como todas as pessoas que, ao longo de 12 anos, têm lutado pelo direito ao transporte ferroviário, porque perderam o comboio e o metro não existe, e que têm feito um protesto público, cívico, ativo pelo direito de toda a população. Saudamos essa luta.

Porque hoje temos de discutir esta petição, comprometendo-nos com o que dizemos, o Bloco de Esquerda apresenta um projeto de resolução para que seja adjudicado imediatamente o concurso do metro para a Trofa. Não há qualquer razão para continuar a ser adiado.

Há 12 anos, quando se retirou o comboio, foi feita a promessa de que existiria metro para a Trofa. O metro foi incluído na primeira fase do metro do Porto, depois foi adiado para a segunda fase e agora não se sabe para quando é que o Governo pretende fazê-lo. Não foi dada nenhuma garantia à população sobre o metro.

Trata-se do direito à mobilidade de toda a população da Trofa e dos concelhos da Área Metropolitana do Porto que circula e que precisa de ter esse transporte, que é essencial à economia e aos direitos dos cidadãos.

Devo dizer que, neste momento, a hipocrisia é tanta que não faltam estudos e consultas. Foi até gasto muito dinheiro para que esta linha de metro da Trofa pudesse avançar, pelo que nada justifica que não se avance imediatamente.

Os partidos que estão hoje no Governo fizeram muitas promessas a estas populações. Aquando dos protestos públicos, disseram que estavam solidários, disseram que o metro da Trofa tinha de avançar e, se o disseram, terão hoje de ser consequentes. E ser consequente é também aprovar o projeto de resolução do Bloco de Esquerda para que o concurso para o metro da Trofa seja adjudicado imediatamente.

*Aplausos do BE.*

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Fernando Jesus.

O Sr. **Fernando Jesus** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Permitam-me que comece por saudar os cerca de 8200 cidadãos do norte do País, da região do Porto, particularmente da Trofa, aqui representados pelo Sr. Henrique Cayolla, primeiro subscritor desta petição, o município da Trofa na pessoa da Sr.<sup>a</sup> Presidente, que julgo também estar presente, e toda a população da Trofa pela luta incessante que levou a cabo para que esta petição pudesse ser hoje discutida.

A petição do «metro à Trofa», como é vulgarmente conhecida, tem dois momentos. No fundo, a linha, que nunca lá chegou, tem dois momentos.

O primeiro momento é aquele em que a Junta Metropolitana do Porto era majoritária e, portanto, foi dando prioridade, na sua gestão quotidiana, às linhas de acordo com a capacidade de influência dos próprios autarcas no seio da Junta Metropolitana. Não é por acaso que primeiro passou por Matosinhos e pelo Porto e que depois passou pela Maia, indo só até ao Instituto Superior da Maia (ISMAI), nunca tendo passado para a Trofa. Porquê? Do nosso ponto de vista — julgo que o Sr. Deputado Honório Novo estará de acordo comigo —



, o Sr. Dr. Bernardino Vasconcelos, do PSD, que até então liderava o município da Trofa, nunca teve, junto dos seus colegas e da Junta Metropolitana, força suficiente para impor uma prioridade na primeira fase do metro, como é conhecido de todos.

Assim foi até 2007, que é, como se sabe, um momento histórico em que o governo de então, juntamente com a Junta Metropolitana do Porto, assinou um memorando de entendimento que consagrava uma segunda fase. Nessa fase, ficou consagrada, mais uma vez, como prioridade, a conclusão da linha até à Trofa. E assim aconteceu, pois em 2008 ou 2009 a Metro do Porto lançou o concurso do metro.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Consegue dizer isso sem se rir?

O Sr. **Fernando Jesus** (PS): — Srs. Deputados do CDS, não se riam, porque isto é sério e as populações é que sofrem por estarem até hoje sem o metro.

Em 2008, a Metro do Porto, cumprindo o memorando de entendimento, lançou um concurso para que a linha fosse concretizada.

Em 2009 e 2010 foi o que se viu. Como todos se recordam, a direita (PSD e CDS) exigiu ao Governo a paragem de todos os investimentos públicos, sem exceção, sob condição de não aprovarem o Orçamento do Estado para 2011. E o que é que aconteceu? A Metro do Porto foi obrigada, por constrangimentos de financiamento, a suspender o concurso que já estava em marcha, tendo o projeto parado outra vez.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Sr. Deputado, tem de concluir.

O Sr. **Fernando Jesus** (PS): — Vou concluir, Sr. Presidente.

Já este Governo, no âmbito da discussão desta petição, está comprometido a prosseguir. Na resposta que deu à Assembleia, disse mesmo que logo que haja condições financeiras, nomeadamente com fundos do QREN, admite a concretização desta linha.

É isto que esperamos. Temos toda a confiança e esperança que o Governo cumpra esta promessa.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Sr. Deputado, tem mesmo de concluir, visto que já excedeu largamente o seu tempo.

O Sr. **Fernando Jesus** (PS): — Termino, Sr. Presidente, reiterando a luta e o esforço que a população da Trofa tem levado a cabo até hoje, na esperança de que o PSD e o CDS encontrem os meios financeiros para se concretizar esta obra.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Adriano Rafael Moreira.

O Sr. **Adriano Rafael Moreira** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Começo por saudar os peticionários e a população da Trofa por este dia importante para a sua cidade.

Este é um dia em que a população da Trofa leva do Parlamento uma palavra de apoio, de solidariedade e de justiça.

O PSD e o CDS uniram-se e apresentaram um projeto de resolução conjunto numa proposta que procura dar seguimento a uma união de todos os portugueses.

Esta, como muitas outras causas, exige que a política e a demagogia sejam colocadas de parte e que se siga em frente.

Pretendem o PSD e o CDS, neste projeto de resolução, tornar claro três coisas: primeira, que é necessário retomar de imediato o projeto do metro de Trofa; segunda, que têm de ser avaliados os rácios de custo/benefício; terceira, que este projeto seja enquadrado nas regras e nas possibilidades de financiamento dos quadros comunitários.

Há outros projetos em discussão apresentados por outros partidos, mas é necessário explicar à população que não podem ser aprovados.

O projeto do Partido Socialista é um projeto demagógico que apenas pretende desresponsabilizar-se pela total responsabilidade que tem.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Não somente aqui, nesta Câmara, os Deputados do PS recusaram os factos históricos, que apenas a eles responsabilizam, como, inclusive e expressamente, no texto dizem que a culpa foi da oposição, a culpa das decisões do governo socialista foi da oposição!

Assim, o chumbo do projeto do Partido Socialista é a condenação, a responsabilização desse governo que fez falsas promessas e que não cumpriu.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **Adriano Rafael Moreira** (PSD): — O BE e o PCP, nos projetos que apresentam, são rigorosos nos factos, mas, infelizmente, recusam a realidade atual e a necessidade de reenquadramento económico-financeiro, sendo certo que todos os portugueses sabem que a obra não tem condições para começar amanhã e daí que não haja condições para votá-los favoravelmente.

Sr. Presidente, concluo dando esta certeza à população da Trofa: com a aprovação, que irá acontecer, por esta Câmara, do projeto de resolução apresentado em conjunto pelo PSD e pelo CDS-PP saem daqui com a certeza de que o projeto do metro da Trofa será de imediato retomado.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Michael Seufert.

O Sr. **Michael Seufert** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Gostaria de, em primeiro lugar, em nome do Grupo Parlamentar do CDS, saudar os mais de 8000 peticionários aqui representados pelo Sr. Henrique Cayolla, primeiro peticionário, e todos os trofenses, nomeadamente os autarcas que hoje aqui estão para acompanhar esta discussão.

A construção do metro do Porto é um acontecimento que está desde cedo associado a uma grande injustiça para com os habitantes da Trofa.

De facto, há mais de 10 anos foi retirada a linha de comboio que servia o centro da Trofa e as freguesias do Muro e do Bougado e nunca se concretizou o metro prometido pelos sucessivos governos.

A isto não é alheio o facto de a Metro do Porto ter seguido um modelo de financiamento que é ruinoso. É verdade que, em termos operacionais, a operação está mais ou menos equilibrada, mas o facto de o serviço da dívida, no caso do Porto, estar a ser pago pela própria empresa é algo que não é muito fácil de ter a cargo, não obstante os governos, nos últimos anos, terem transferido para o Porto cinco vezes menos do que, para a mesma operação, para Lisboa. Mas, de facto, estas dificuldades são sentidas de uma forma particular pelos habitantes da Trofa.

Em 2007, o governo socialista assinou um memorando com a Junta Metropolitana em que assumiu explicitamente que iria avançar até janeiro de 2008 com um concurso para a linha entre o ISMAI e a Trofa, concurso esse que não avançou.

Mais tarde, a 5 de setembro de 2009, a poucos dias das eleições, a Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado do primeiro governo de José Sócrates esteve na Trofa, presidiu a uma cerimónia, a uma festa, porventura, em que se lançou o concurso para essa linha, que seria, nas palavras da Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado à época, a correção de uma dupla injustiça, sendo que a linha era para construir, era para construir já e era para construir em via dupla. Foi o lançamento de um concurso, que agradou às populações.

Não obstante o CDS já na altura ter dito que seria muito difícil a sua concretização, a verdade é que na altura estava a apresentar-se um concurso que não estava a ser lançado, pois a Metro do Porto estava ainda a

rever um projeto, que seria lançado três meses depois, e foi o próprio governo do PS, afinal, a reconhecer, mais tarde, que o endividamento da empresa não permitiria o avanço dessa obra.

Ainda assim, o governo de então continuava a falar — também é importante dizê-lo — do TGV, do novo aeroporto de Lisboa, quando ali, onde se tinha retirado às populações um serviço e um meio de transporte, nada se iria fazer.

Os Deputados do CDS, em 2011, antes das eleições, não sei se pela terceira, se pela quarta, se pela quinta vez, fomos ao Muro, concelho da Trofa, para falar com as populações e dissemos claramente, olhos nos olhos, que não poderíamos garantir que o metro da Trofa avançasse a curto prazo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Mas garantiu o PSD, que até pôs cartazes!

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Sr. Deputado, queira concluir, por favor.

O Sr. **Michael Seufert** (CDS-PP): — Agora dizemos que é importante que o Governo demonstre quais são os rácios custo/benefício desta operação para podermos avaliar se é possível ou não, na 2.<sup>a</sup> fase, fazer o alargamento do metro, uma pretensão não só legítima como também de enorme justiça para com os habitantes da Trofa.

*Aplausos do CDS-PP.*

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Já se esqueceram dos *outdoors* que puseram na Trofa!?

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Srs. Deputados, concluimos este debate e os pontos da nossa ordem de trabalhos de hoje que implicam discussão.

Como temos votações agendadas para as 12 horas, faremos agora uma pausa até para permitir que os Srs. Deputados que ainda não exerceram o direito de voto nas eleições para órgãos externos, que estão a decorrer na Sala D. Maria, o possam fazer. Voltaremos às 12 horas para proceder às votações.

Srs. Deputados, está interrompida a sessão.

*Eram 11 horas e 41 minutos.*

Srs. Deputados, estamos em condições de recomeçar os trabalhos.

*Eram 12 horas e 3 minutos.*

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, vamos entrar no período regimental de votações.

Antes de mais, vamos proceder à verificação do quórum de deliberação, utilizando o cartão eletrónico.

Os Srs. Deputados que, por qualquer razão, não o puderem fazer terão de o sinalizar à Mesa e depois fazer o registo presencial, para que seja considerada a respetiva presença na reunião.

*Pausa.*

O quadro eletrónico regista 206 presenças (97 do PSD, 63 do PS, 22 do CDS-PP, 14 do PCP, 8 do BE e 2 de Os Verdes), às quais se acrescentam 3 do PS, perfazendo 209 Deputados, pelo que temos quórum para proceder às votações.

Srs. Deputados, vamos apreciar o voto n.º 58/XII (1.<sup>a</sup>) — De saudação pelos 10 anos de paz em Angola (PSD, PS e CDS-PP).

Segundo foi acordado, haverá um período de debate de 2 minutos para cada grupo parlamentar.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Ribeiro e Castro.

O Sr. **José Ribeiro e Castro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Caros Colegas: Este voto tem alguns dias de atraso, mas vem a tempo, porque a paz em Angola veio para ficar. Esse é o facto que saudamos: os 10 anos

de paz em Angola, que se celebraram no dia da reconciliação nacional, no passado 4 de abril, em Luanda, em Luena e em toda a nossa irmã-terra angolana.

O conflito angolano causou milhões de vítimas, feriu profundamente a carne dos angolanos e a sua terra, causou um rasto de destruição extraordinário que se agravou, sobretudo, na segunda fase da guerra, depois da rotura dos Acordos de Bicesse, que tinham representado uma enorme esperança.

Nós assistimos com dor àquele que foi o dilacerar da terra de Angola, a partir, sobretudo, de 1992, e seguimos sempre com grande ansiedade e com sofrimento irmão esse conflito que parecia não ter fim.

Em 2002, a partir de fevereiro, em circunstâncias muito dramáticas e de grande incerteza, os angolanos conseguiram construir uma solução original, rubricada, primeiro, no Luena e, depois, assinada solenemente no Palácio de Congressos, em Luanda, a 4 de abril de 2002. De então para cá, apesar de todas as feridas, de todas as chagas, de todas as contradições, de todos os rancores que se foram atenuando, nunca mais Angola conheceu a guerra.

Angola conhece dificuldades, que nós acompanhamos com sentido crítico, mas também com sentido fraterno. E, se estamos sempre prontos a apontar as fragilidades e as fraquezas do processo político de Angola, também é justo que exaltemos os sinais de esperança, os pilares de futuro que nascem em Angola.

E o Memorando do Luena, o Memorando de 4 de abril, é esse sinal. É esse marco de esperança para o futuro, que nós aqui assinalamos, acreditando que, com a paz, se geraram condições para mais desenvolvimento, para mais justiça social, para mais progresso e também mais democracia na consolidação crescente de um Estado de direito.

É isso que desejamos: que Angola saiba aproximar-se do exemplo magnífico que é Cabo Verde. Cabo Verde desmente essa praga, que muitos dizem existir, de que a democracia não é para África. A democracia é para África!

Nós acreditamos nisso! Que ela se consolide também, cada vez mais, em Angola.

*Aplausos do CDS-PP e do PSD.*

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Maria de Belém Roseira.

A Sr.<sup>a</sup> **Maria de Belém Roseira** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Grupo Parlamentar do Partido Socialista junta a sua voz a esta celebração dos 10 anos de paz em Angola e, quer sejamos partidários das teses de Marc Ferro, sobre o papel que nos movimentos da História tem o ressentimento, ou quer sejamos, antes, partidários da explicação da História de Moïsi, através do surgimento da geopolítica das emoções assente na humilhação, no medo e na esperança, penso que a fase da humilhação e do medo cessaram com a guerra e que esta é a fase da esperança, a fase da reconstrução e a fase da ultrapassagem dos ressentimentos.

Portanto, terminada a luta armada com os acordos de paz, é altura para se iniciar uma nova luta: a luta contra o analfabetismo, a luta contra a doença, a luta contra a pobreza, a luta contra o obscurantismo, a luta contra a corrupção e todas as lutas que permitam a reabilitação e a entrada de Angola num caminho de construção da democracia assente no respeito pelos direitos humanos.

Portanto, a mensagem importante nestes 10 anos de paz é a de que a paz assente cada vez mais na reconstrução pelos valores essenciais dos espaços democráticos e a importância de Angola poder caminhar nesse sentido de forma cada vez mais acentuada e cada vez mais participada, vencendo aquilo que tem sido uma enorme desigualdade de oportunidades a um povo que, massacrado durante tantas décadas, tem, agora, a sua oportunidade, a sua vez e terá de ter também a sua voz.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Tem a palavra o Sr. Deputado Bernardino Soares.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Associamo-nos a este voto que assinala os 10 anos de paz em Angola, uma conquista importantíssima do povo angolano que abriu caminho a perspectivas de progresso e de melhoria da vida da população de Angola que são, sem dúvida, significativas.

Só a resolução pacífica daquele conflito, como sempre afirmámos, podia abrir caminho, como abriu, a este percurso de progresso, a este percurso de melhoria das condições de vida dos angolanos.

É evidente que, neste processo, é indispensável a afirmação do valor da soberania daquele país e a sua preservação como um elemento que foi e é decisivo no processo de desenvolvimento angolano. É também evidente que, com todas as circunstâncias que ele encerra, este processo angolano deve ser observado à luz do que acontece no continente africano, tendo até em conta tantos e tantos conflitos que continuam a existir motivados por questões geoestratégicas, por intervenções e ingerências externas, por desrespeito pela soberania dos povos e dos países e por tentativa de conquista de riquezas naturais, que está, tantas vezes, na base dos conflitos no continente africano.

Termino dizendo, mais uma vez, que nos associamos ao voto de saudação pelos 10 anos de paz em Angola.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Virgílio Macedo.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: A 4 de abril, Angola comemorou o Dia da Paz e Reconciliação Nacional, resultante do Memorando de Entendimento do Luena, como complemento ao Protocolo de Lusaca, ato que mudou o curso da história da República de Angola.

Assinado em 4 de abril de 2002, esse acordo pôs fim a 27 anos de uma guerra civil, que martirizou o povo angolano e que destruiu as principais infraestruturas do país.

A data da assinatura desse Memorando de Entendimento em Luanda, constituiu, assim, um marco de referência inquestionável e de extraordinária importância na luta do povo angolano.

Mas 10 anos depois, a paz é uma realidade e Angola progride. 10 anos depois Angola é um país com futuro e que tem registado um crescimento económico notável, reconhecido internacionalmente.

Angola começou, assim, uma nova era na sua jovem história como nação independente, lançando bases sólidas para o combate eficaz contra a fome, a doença, o desemprego e outros males característicos de qualquer nação menos desenvolvida.

Mas a paz trouxe ainda muitos outros ganhos para o país, destacando-se a livre circulação de pessoas e bens em toda a sua extensão territorial e a possibilidade de realização de grandes investimentos que o Governo está a saber fazer para melhorar o bem-estar da sua população.

O 4 de abril foi instituído como feriado nacional e passou a ser, entre os angolanos, uma referência histórica importante na luta de um povo, por marcar uma viragem decisiva no processo político e no seu processo de desenvolvimento.

Esta data constitui assim, sem dúvida, uma das maiores conquistas do povo angolano após a sua independência, a 11 de novembro de 1975.

Hoje, o povo angolano reafirma, com todas as suas forças, o seu compromisso com a paz. Uma paz plena, uma paz justa, uma paz com respeito pelos princípios da igualdade e do respeito pelos direitos fundamentais dos seus cidadãos.

Justa, porque a paz alcançada não foi uma imposição de forças externas, mas, antes, o trabalho de esforços de um povo, que entendeu, em bom trecho, que havia a necessidade da cessação das hostilidades, para encetar o processo de conclusão das tarefas remanescentes do Protocolo de Lusaca.

O Grupo Parlamentar do PSD concorda inteiramente com este voto de saudação e acredita num futuro de progresso e prosperidade social para esse grande país africano que é Angola.

Se a 4 de abril de 2002 os angolanos deram um exemplo ao mundo, estamos certos de que continuarão a caminhar, dia após dia, para a construção de uma pátria mais unida, mais solidária e orientada pelos valores da unidade nacional, da democracia, da justiça social, da liberdade e do respeito pelos direitos humanos.

Conquistada a paz, novos desafios se colocam, pois torna-se necessário continuar a unir esforços para a sua consolidação, através do desenvolvimento, rumo ao harmonioso crescimento desse país.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, termino com um desejo singelo, mas profundo: que todos os dias sejam dias de paz em Angola!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Fazenda.

O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> Deputadas e Srs. Deputados: Este voto congratula-se com o final de uma guerra há 10 anos, com todo o significado da paz que, entretanto, pôde ser vivida por angolanos e angolanas e expressa um desejo de uma afirmação crescente de um Estado de direito democrático em Angola.

Deste ponto de vista, não podemos estar mais de acordo, pelo que acompanhamos este voto que é hoje aqui apresentado.

Sem deixar de referir os milhões de mortos e deslocados dessa guerra fratricida, dessa guerra de interesses, dessa guerra de potências que fez sangrar todo o território angolano, sem calar a crítica que possamos ter à corrupção e a tantos interesses que vêm dilacerando Angola, sem calar a crítica àquilo que são as limitações e o défice democrático em Angola, que, aliás, estão sublinhados em todo o documento introdutório deste voto, onde não faltam referências às dificuldades de funcionamento da democracia e de consolidação do Estado de direito, não podíamos estar mais de acordo, pelo que acompanhamos este voto com as angolanas e com os angolanos.

*Aplausos do BE e dos Deputados do PS Basílio Horta e Isabel Alves Moreira.*

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Srs. Deputados, vamos proceder à votação do voto n.º 58/XII (1.ª) — De saudação pelos 10 anos de paz em Angola (PSD, PS e CDS-PP).

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

*É o seguinte:*

No passado dia 4 de Abril, celebrou-se o 10.º aniversário do Memorando de Entendimento do Luena, rubricado primeiro nesta cidade capital do distrito do Moxico, no interior angolano, e solenemente assinado no Palácio dos Congressos, em Luanda, em 4 de Abril de 2002.

Este Memorando, assinado entre o Governo de Angola e a UNITA, pôs termo a longos anos de guerra civil e, apesar de contradições e dificuldades iniciais, tem resistido àquela que havia sido a prova mais difícil — e sempre impossível de vencer — de outros acordos anteriores entre os contendores angolanos: a prova do tempo.

A guerra civil angolana, claramente influenciada pelo clima dos anos finais da chamada «Guerra Fria», provocou milhões de mortos, feridos e estropiados, outros largos milhões de deslocados e refugiados e uma vastíssima destruição de equipamentos e infraestruturas nacionais. O dramático rasto deixado pela guerra civil, em 2002, ao fim de 27 anos de combates entre diferentes forças, era absolutamente devastador.

O Memorando do Luena e o seu êxito evidenciam o sentido de responsabilidade alcançado pelas partes signatárias, políticas e militares, traduzindo, em circunstâncias muito duras, críticas e sensíveis, uma criação inteligente e uma solução original angolana que fica como exemplo para o mundo e marco de referência inspirador para o fim de outros conflitos, nomeadamente no continente africano.

Desde que a paz se instalou, a partir de 2002, Angola iniciou o caminho para a reconstrução nacional, para o desenvolvimento e para um processo de transição para a democracia. As eleições legislativas de 2008 e as próximas eleições previstas para o corrente ano de 2012 devem ser um sinal desse desenvolvimento, ao mesmo tempo que o debate avança quanto à realização também de eleições autárquicas.

Sem prejuízo das diferenças entre os atores e partidos políticos, bem como das dificuldades em fazer emergir uma sociedade de pleno funcionamento livre e democrático no quadro concreto que marca a história angolana, Angola nunca mais conheceu a tragédia dos confrontos político-militares. Neste contexto, tem a oportunidade de caminhar no sentido da promoção de uma sociedade de matriz equitativa, de repúdio perante as assimetrias, de aposta na justiça social e na sedimentação das bases adequadas à implementação de uma sociedade livre, justa e equilibrada e à concretização de um Estado de direito democrático.

Angola preside, hoje, à CPLP e, graças à paz de 2002, os seus progressos políticos, económicos e sociais são seguidos com atenção por todo o mundo.

Nestes termos, conforme às normas constitucionais e regimentais aplicáveis, o(a)s Deputado(a)s abaixo assinado(a)s apresentam o seguinte voto de saudação:

A Assembleia da República saúda fraternalmente a paz em Angola, na ocasião das comemorações do 10.º aniversário da assinatura solene do Memorando do Luena, e faz votos por que o espírito criador do 4 de Abril perdure para sempre na terra e no coração dos angolanos, ajudando-os a construir e a enraizar uma sociedade próspera, livre e socialmente justa, num quadro de Estado de direito democrático.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Srs. Deputados, vamos votar, na generalidade, o projeto de lei n.º 186/XII (1.ª) — Altera a Lei n.º 17/2003, de 4 de junho (Iniciativa legislativa de cidadãos), eliminando a discriminação existente em relação aos emigrantes portugueses (PSD).

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

O projeto de lei baixa à 1.ª Comissão.

Passamos à votação, também na generalidade, do projeto de lei n.º 203/XII (1.ª) — Primeira alteração à Lei n.º 17/2003, de 4 de junho, que regula os termos e condições em que grupos de cidadãos eleitores exercem o direito de iniciativa legislativa junto da Assembleia da República, eliminando a discriminação relativa aos portugueses residentes no estrangeiro (PS).

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

O projeto de lei baixa, igualmente, à 1.ª Comissão.

Vamos votar o projeto de resolução n.º 261/XII (1.ª) — Recomenda ao Governo a requalificação e eletrificação do troço Caíde/Marco na Linha de Douro (PS).

*Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra do PSD e do CDS-PP e votos a favor do PS, do PCP, do BE e de Os Verdes.*

Srs. Deputados, vamos proceder à votação do projeto de resolução n.º 293/XII (1.ª) — Recomenda a continuação do projeto de requalificação da Linha do Douro e a eletrificação do troço entre Caíde e Marco de Canaveses (BE).

*Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra do PSD e do CDS-PP e votos a favor do PS, do PCP, do BE e de Os Verdes.*

Passamos à votação do projeto de resolução n.º 298/XII (1.ª) — Recomenda ao Governo a eletrificação do troço Caíde/Marco de Canaveses na Linha do Douro (PSD e CDS-PP).

*Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor do PSD, do PS, do CDS-PP, do PCP e de Os Verdes e votos contra do BE.*

Vamos votar o projeto de resolução n.º 277/XII (1.ª) — Preços máximos nos combustíveis, travar a especulação (PCP).

Srs. Deputados, a requerimento do Grupo Parlamentar do PS, vamos votar separadamente o ponto 1 e, depois, os pontos 2 e 3.

Sendo assim, vamos votar o ponto 1 do projeto de resolução.

*Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra do PSD, do PS e do CDS-PP e votos a favor do PCP, do BE e de Os Verdes.*

Vamos agora votar conjuntamente os pontos 2 e 3 do projeto de resolução.

*Submetidos à votação, foram rejeitados, com votos contra do PSD e do CDS-PP e votos a favor do PS, do PCP, do BE e de Os Verdes.*

Passamos à votação, na generalidade, do projeto de lei n.º 17/XII (1.ª) — Introduz medidas de transparência e antiespeculativas na formação dos preços de combustíveis (BE).

*Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra do PSD e do CDS-PP, votos a favor do PCP, do BE e de Os Verdes e a abstenção do PS.*

Vamos proceder à votação, na generalidade, do projeto de lei n.º 197/XII (1.ª) — Consagra a cativação pública das mais-valias urbanísticas prevenindo a corrupção e o abuso do poder (BE).

*Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra do PSD, do PS e do CDS-PP e votos a favor do PCP, do BE e de Os Verdes.*

Srs. Deputados, passamos à votação do projeto de resolução n.º 265/XII (1.ª) — Recomenda ao Governo um apoio extraordinário à compra de biomassa como forma de prevenir os fogos florestais neste ano de seca severa (BE).

*Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra do PSD, do PS e do CDS-PP e votos a favor do PCP, do BE e de Os Verdes.*

Vamos proceder à votação do projeto de resolução n.º 289/XII (1.ª) — Recomenda ao Governo a valorização energética da biomassa no objetivo de proteção da floresta (PSD).

*Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor do PSD, do CDS-PP, do PCP e de Os Verdes e abstenções do PS e do BE.*

Passamos à votação do projeto de resolução n.º 291/XII (1.ª) — Reforçar os meios de prevenção estrutural dos incêndios florestais — reduzir a carga de biomassa (PCP).

*Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra do PSD e do CDS-PP e votos a favor do PS, do PCP, do BE e de Os Verdes.*

O Sr. **Pedro Lynce** (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Lynce** (PSD): — Sr. Presidente, é para informar que vou apresentar uma declaração de voto em relação ao projeto de resolução n.º 291/XII (1.ª).

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Fica registado, Sr. Deputado.

Passamos à votação do projeto de resolução n.º 294/XII (1.ª) — Recomenda ao Governo um conjunto de medidas que promovam a utilização e valorização da biomassa florestal como contributo para a gestão sustentável das florestas e como prevenção da ocorrência de incêndios florestais (CDS-PP).

*Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor do PSD, do CDS-PP, do PCP e de Os Verdes, votos contra do BE e a abstenção do PS.*



Vamos, agora, votar, na generalidade, o projeto de lei n.º 179/XII (1.ª) — Procede à alteração ao Código do Trabalho (Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 105/2009, de 14 de setembro, e 53/2011, de 14 de outubro) (Os Verdes).

*Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra do PSD, do PS e do CDS-PP, votos a favor do PCP, do BE e de Os Verdes e a abstenção da Deputada do PS Isabel Alves Moreira.*

Vamos votar o projeto de resolução n.º 257/XII (1.ª) — Recomenda ao Governo que, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 203/2004, de 18 de agosto, na redação que lhe é conferida pelo Decreto-Lei n.º 11/2005, de 6 de janeiro, pelo Decreto-Lei n.º 60/2007, de 13 de março, pelo Decreto-Lei n.º 45/2009, de 13 de fevereiro, e pelo Decreto-Lei n.º 177/2009, de 4 de agosto, abra vagas para a realização de internatos médicos em todos os estabelecimentos com idoneidade formativa atribuída pela Ordem dos Médicos (CDS-PP).

*Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor do PSD e do CDS-PP e votos contra do PS, do PCP, do BE e de Os Verdes.*

Vamos votar o projeto de resolução n.º 290/XII (1.ª) — Recomenda que o prolongamento da Linha Verde do Metro, entre o ISMAI e a Trofa, integre a 2.ª fase da rede do Metro da Área Metropolitana do Porto (PCP).

*Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor do PS, do PCP, do BE e de Os Verdes e abstenções do PSD e do CDS-PP.*

Passamos à votação do projeto de resolução n.º 292/XII (1.ª) — Recomenda a adjudicação imediata do concurso do Metro para a Trofa (BE).

*Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra do PSD e do CDS-PP e votos a favor do PS, do PCP, do BE e de Os Verdes.*

Vamos votar o projeto de resolução n.º 295/XII (1.ª) — Recomenda ao Governo que reafirme a necessidade da concretização da ligação do Metro do Porto entre o ISMAI e o concelho da Trofa (PS).

*Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra do PSD e do CDS-PP e votos a favor do PS, do PCP, do BE e de Os Verdes.*

Vamos, agora, votar o texto de substituição, apresentado pelo BE, relativo ao projeto de resolução n.º 272/XII (1.ª) — Recomenda a alteração do Decreto-Lei n.º 338/2007, de 11 de outubro, para possibilitar o ingresso na carreira docente de todos os professores de técnicas especiais com vínculo à função pública (BE), que presumo ser do conhecimento de todos os grupos parlamentares.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Sr. Presidente, peço desculpa, permite-me o uso da palavra?

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Sr. Presidente, quero apenas anunciar que o Grupo Parlamentar do PSD irá apresentar uma declaração de voto relativamente à votação que acabámos de realizar.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Fica registado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Michael Seufert.

O Sr. **Michael Seufert** (CDS-PP): — Sr. Presidente, no mesmo sentido, quero informar que o Grupo Parlamentar do CDS-PP irá apresentar uma declaração de voto.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Fica registado, Sr. Deputado.  
Para uma interpelação à Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado Bernardino Soares.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Sr. Presidente, penso que seria agora o momento, antes de entrarmos na votação na especialidade e na votação final global do Orçamento retificativo, de votar o texto de substituição relativo ao projeto de resolução n.º 278/XII (1.ª) — Não prosseguimento do processo legislativo referente à proposta de lei n.º 44/XII (1.ª) (PCP), que se atrasou na vinda da Comissão para o Plenário, mas para cuja votação se obteve o acordo de todas as bancadas.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Srs. Deputados, se ninguém se opuser, creio que poderemos proceder desse modo.

*Pausa.*

Dado que ninguém se opõe, vamos, então, votar o texto de substituição, apresentado pelo PCP, relativo ao projeto de resolução n.º 278/XII (1.ª) — Não prosseguimento do processo legislativo referente à proposta de lei n.º 44/XII (1.ª) (PCP), com a redação que foi distribuída, segundo a qual «A Assembleia da República resolve interromper o processo de extinção de freguesias desencadeado com a proposta de lei n.º 44/XII (1.ª)».

*Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra do PSD e do CDS-PP e votos a favor do PS, do PCP, do BE e de Os Verdes.*

Vamos, agora, proceder à votação na especialidade da proposta de lei n.º 51/XII (1.ª) — Altera a Lei do Orçamento do Estado para o ano de 2012, aprovada pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, no âmbito da Iniciativa de Reforço da Estabilidade Financeira.

Começamos por votar a proposta, apresentada pelo PS, que altera o artigo 14.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro (Aprova a Lei das Finanças Locais), aditando um artigo 17.º-A, com a epígrafe «Alteração à Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro», à proposta de lei n.º 51/XII (1.ª).

*Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra do PSD e do CDS-PP e votos a favor do PS, do PCP, do BE e de Os Verdes.*

Vamos, agora, proceder à votação final global do texto final, apresentado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, relativo à referida proposta de lei n.º 51/XII (1.ª).

*Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor do PSD e do CDS-PP, votos contra do PCP, do BE, de Os Verdes e do Deputado do PS Jacinto Serrão e abstenções do PS, dos Deputados do PSD Cláudia Monteiro de Aguiar, Correia de Jesus, Guilherme Silva e Hugo Velosa e do Deputado do CDS-PP José Manuel Rodrigues.*

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Sr. Presidente, é para solicitar que se prescinda do prazo de reclamação relativamente ao diploma que acabámos de votar.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Sr. Deputado, se não houver objeções, como se trata de um requerimento, terá de ser submetido à votação.

*Pausa.*

Uma vez que ninguém se opõe, vamos votar o requerimento oral, apresentado pelo PSD, solicitando a dispensa do prazo de reclamação.

*Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor do PSD, do PS, do CDS-PP, do PCP, do BE e de Os Verdes e a abstenção do Deputado do PS Pedro Delgado Alves.*

Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Jacinto Serrão.

O Sr. **Jacinto Serrão** (PS): — Sr. Presidente, quero apenas anunciar que apresentarei uma declaração de voto sobre o texto final relativo à proposta de lei que acabou de ser votado, o qual afunda o Centro Internacional de Negócios da Madeira.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Pensei que era o *offshore* da Madeira!...

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Fica registado, Sr. Deputado.  
Tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Silva.

O Sr. **Guilherme Silva** (PSD): — Sr. Presidente, é para anunciar que, em meu nome e em nome dos Srs. Deputados Correia de Jesus, Cláudia Monteiro de Aguiar e Hugo Velosa, também apresentaremos uma declaração de voto sobre o mesmo diploma.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Fica registado, Sr. Deputado Guilherme Silva.  
Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Rodrigues.

O Sr. **José Manuel Rodrigues** (CDS-PP): — Sr. Presidente, para o mesmo efeito, ou seja, irei apresentar uma declaração de voto.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Muito obrigado, Sr. Deputado.  
Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Filipe Marques.

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — Sr. Presidente, também quero anunciar que, em nome próprio e dos Deputados Pedro Pimpão, Cristóvão Simão Ribeiro, Joana Barata Lopes, Bruno Coimbra e Hugo Lopes Soares, apresentaremos uma declaração de voto sobre o texto final relativo à proposta de lei n.º 51/XII (1.ª).

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Fica registado, Sr. Deputado.  
Importa, agora, votar um parecer da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, de que o Sr. Secretário nos fará o favor de dar conta.

O Sr. **Secretário** (Duarte Pacheco): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, a solicitação do 3.º Juízo Criminal do Tribunal Judicial do Funchal, Processo n.º 1966/10.8TAFUN, a Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação decidiu emitir parecer no sentido de autorizar o Sr. Deputado Jacinto Serrão (PS) a prestar depoimento por escrito, como testemunha, no âmbito dos referidos autos.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Srs. Deputados, o parecer está em apreciação.

*Pausa.*

Não havendo objeções, vamos proceder à votação do referido parecer.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

Peço ao Sr. Secretário que nos dê conta, ainda, das iniciativas que, entretanto, deram entrada na Mesa.

O Sr. **Secretário** (Duarte Pacheco): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, deram na entrada na Mesa, e foram admitidas, as seguintes iniciativas legislativas: projeto de resolução n.º 299/XII (1.ª) — Recomenda ao Governo que retome o projeto de ligação do Metro do Porto entre o ISMAI/Maia e o concelho da Trofa (PSD e CDS-PP), que baixa à 6.ª Comissão; as apreciações parlamentares n.ºs 13/XII (1.ª) — Relativa ao Decreto-Lei n.º 74/2012, de 26 de março, que estabelece o regime de extinção das tarifas reguladas de venda de gás natural a clientes finais com consumos anuais inferiores ou iguais a 10 000 m<sup>3</sup> e adota mecanismos de salvaguarda dos clientes finais economicamente vulneráveis (PCP), que baixa à 6.ª Comissão, e 14/XII (1.ª) — Relativa ao Decreto-Lei n.º 75/2012, de 26 de março, que estabelece o regime de extinção das tarifas reguladas de venda de eletricidade a clientes finais com consumos em baixa tensão normal (BTN) e adota mecanismos de salvaguarda dos clientes finais economicamente vulneráveis (PCP), que baixa, igualmente, à 6.ª Comissão.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Srs. Deputados, lembro que estão, ainda, a decorrer, na Sala D. Maria, as eleições para órgãos externos à Assembleia da República e as urnas permanecerão abertas por mais alguns minutos.

A próxima sessão plenária será a Sessão Solene Comemorativa do XXXVIII Aniversário do 25 de Abril, a qual se realizará na quarta-feira, dia 25 de abril, às 10 horas.

Na quinta-feira, dia 26 de abril, às 15 horas, iremos apreciar a interpelação n.º 5/XII (1.ª) — Sobre política orçamental e de crescimento (BE).

Por hoje é tudo, Srs. Deputados.

Desejo um bom fim de semana a todos e declaro encerrada a sessão.

*Eram 12 horas e 43 minutos.*

#### *Declarações de voto enviadas à Mesa, para publicação*

Relativa ao texto de substituição, apresentado pelo PCP, sobre o projeto de resolução n.º 272/XII (1.ª):

O Grupo Parlamentar do PSD votou a favor do projeto de resolução n.º 272/XII (1.ª), do BE, que recomenda ao Governo que proceda à alteração do Decreto-Lei n.º 338/2007, de 11 de outubro, possibilitando o ingresso na carreira docente de todos os professores de técnicas especiais com vínculo definitivo à função pública.

A posição em que se encontram estes docentes merece a nossa maior preocupação e a resolução da sua situação profissional urge, pelo que se trata de uma questão de justiça que professores que têm vínculo definitivo à função pública possam também ter acesso à carreira docente.

De realçar, no entanto, que este voto favorável não significa que este grupo parlamentar se reveja na totalidade do conteúdo dispositivo do presente projeto de resolução.

Apesar desta discordância parcial no que ao preâmbulo diz respeito, os Deputados abaixo assinados do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata votaram favoravelmente este projeto de resolução pelas superiores razões expostas nesta declaração.

Os Deputados do PSD, *Emídio Guerreiro — Nilza de Sena — Amadeu Soares Albergaria — Maria da Conceição Pereira — Ana Sofia Bettencourt — Duarte Filipe Marques — Margarida Almeida — Maria Isilda Aguincha — Maria José Castelo Branco — Paulo Cavaleiro — Pedro Pimpão.*

Relativas ao texto final, apresentado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, sobre a proposta de lei n.º 51/XII (1.ª):

A Assembleia da República votou hoje o Orçamento retificativo para 2012, onde consta a autorização para uma redução até 7 milhões de euros que estavam consignados ao programa Porta 65. Ora, o diploma agora aprovado aloca aquele montante à reabilitação urbana.

Concordando com a necessidade de alterar o paradigma do apoio ao arrendamento jovem e reconhecendo todas as fragilidades do programa Porta 65, o Governo sempre se comprometeu com a manutenção do Porta 65 com a mesma dotação inicialmente prevista até que se definissem e efetivassem um conjunto de medidas que substituíssem definitivamente este regime.

Foi, portanto, com surpresa e com discordância que constatámos que no Orçamento retificativo estava previsto um corte muito significativo na dotação deste programa.

Os Deputados abaixo assinados já subscreveram várias soluções e propostas para alterar o paradigma do apoio à habitação jovem, já que o acesso à habitação é um corolário da emancipação jovem. Portugal é hoje um dos países da Europa onde os jovens saem mais tarde de casa dos pais. Urge, portanto, especialmente numa altura de graves dificuldades financeiras que obstem ao acesso à habitação pelas novas gerações, que seja o Governo a desbloquear esta situação.

Os Deputados subscritores desta declaração de voto aprovam este Orçamento retificativo na sequência de um recente compromisso assumido pelo Governo, ao mais alto nível, de, a muito curto prazo, apresentar instrumentos inovadores de apoio à habitação jovem que claramente constituam ferramentas alternativas de apoio aos jovens que procuram a sua emancipação e a sua habitação.

Os Deputados do PSD, *Duarte Filipe Marques — Pedro Pimpão — Bruno Coimbra — Cristóvão Simão Ribeiro — Joana Barata Lopes — Hugo Soares.*

---

Os Deputados do PSD abaixo assinados, eleitos pelo círculo eleitoral da Madeira, abstiveram-se na votação final global da proposta de lei n.º 51/XII (1.ª) — Orçamento retificativo, pelas razões que passam a consignar:

O Orçamento retificativo inclui a verba de 938 milhões de euros que se destina a reforçar o montante inscrito no Orçamento do Estado para 2012, com vista a assegurar a prestação, no presente exercício, de 1000 milhões de euros, respeitante ao empréstimo do Estado à Região, no âmbito do Programa de Ajustamento Financeiro;

Foi acolhida proposta dos signatários, na especialidade, que permite ao Estado adquirir, por cessão, créditos bancários sobre a Região, que ficará devedora ao Tesouro, em condições mais favoráveis;

Todavia, a proposta de lei em causa retirou a isenção de que beneficiavam os depósitos de não residentes, no âmbito do Centro Internacional de Negócios da Madeira (CINM), o que se traduz numa amputação de um instrumento de atração de capitais, designadamente dos nossos emigrantes, e levará à transferência de centenas de milhões de euros para outras praças concorrentes;

Igualmente foi rejeitada a proposta que reponha o benefício fiscal dos dividendos e das remunerações de suprimimentos de empresas sediadas no Centro Internacional de Negócios da Madeira, bonificação que havia sido indevidamente retirada pela Lei do Orçamento do Estado para 2012;

O CINM, a par do Turismo, constitui um instrumento essencial ao desenvolvimento regional, que deveria merecer do Estado português a maior atenção e proteção, afigurando-se «criminoso» o seu «desmantelamento», sem que se conheçam razões para tal procedimento;

Em nome da transparência das relações entre o Estado e a Região Autónoma da Madeira impõe-se que o Governo da República explique quais os compromissos do Estado português que têm levado à extinção dos benefícios que o CINM confere e quais os superiores interesses do País que conflituam com a Zona Franca da Madeira, devendo a Região, enquanto expropriada dos seus direitos, ser adequadamente indemnizada pela crescente perda de receitas que tal vem ocasionando;

Lamenta-se que o Estado português, ao mesmo tempo que reabriu as negociações com a Comissão Europeia, que tinham sido abandonadas pelo Governo anterior, com vista a assegurar *plafonds* mais adequados e que garantam maior competitividade ao CINM, esteja a destruir todo o sector financeiro da Zona Franca da Madeira;

Não é compreensível que, sem ter ocorrido qualquer espontânea iniciativa das instituições comunitárias, com vista à eliminação dos referidos benefícios do CINM, seja o Estado português, num momento em que a Região Autónoma da Madeira está a ser obrigada a um esforço excecional no âmbito do Programa de Ajustamento Financeiro, privá-la de volumosas receitas essenciais ao cumprimento dos compromissos assumidos.

Por estas razões e como forma de, equilibradamente, registar os aspetos benéficos do Orçamento retificativo para o País e para a Região, mas, também, sem poder deixar de lamentar a destruição do sector financeiro do CINM, os signatários outra alternativa não tinham, que não a de se absterem na votação final global da proposta de lei n.º 51/XII (1.ª).

Os Deputados do PSD, *Guilherme Silva — Cláudia Monteiro de Aguiar — Correia de Jesus — Hugo Velosa*.

---

O Centro Internacional de Negócios da Madeira (CINM) tem sido objeto de um auxílio de Estado com objetivos de desenvolvimento regional. Não obstante as observações críticas e construtivas que, há muito tempo, tenho vindo a fazer ao modelo de concessão e de exploração, que é pouco exigente para as necessidades do setor público, o CINM é, de facto, uma mais-valia para a Região.

Entendo que a estratégia deve passar por um projeto gerador de riqueza real e de atração de investimento estrangeiro, sem escamotear os postos de trabalho e a vertente para renovar e diversificar os sectores da economia. Esta é a melhor argumentação para poder convencer os executivos nacionais e as instituições europeias a protegerem este instrumento fundamental para o nosso tecido económico, de natureza frágil, dada a insularidade.

O CINM encontra-se sujeito à supervisão da Inspeção-Geral de Finanças e do Banco de Portugal e, se dúvidas existem em relação aos negócios que lá se fazem, então o caminho seria o da alteração dos procedimentos de supervisão, para dissipar eventuais dúvidas e/ou suspeições dos que as levantam para defenderem o seu encerramento.

Por outro lado, apesar dos mediáticos números do CDS-M e do PSD-M, o badalado processo das negociações entre o Governo e a União está inquinado.

Nos poucos meses de governação PSD/CDS, já foram lançados três «torpedos» contra o CINM: no Orçamento do Estado 2012, com a tributação dos dividendos e dos lucros; no plano de resgate, com a brutal carga fiscal; e, agora, neste Orçamento retificativo, com o ataque aos depósitos dos não residentes. Três «torpedos» que atingem em cheio o CINM e que o afetam irremediavelmente.

Entendo que Portugal não pode, nem deve, afundar o CINM, já que tal traduz-se em prejuízos para a Região Autónoma da Madeira e para o País. Aliás, é bom lembrar que foi, atendendo ao carácter insular e ultraperiférico da Madeira, aos custos inerentes e aos constrangimentos de uma pequena economia insular, que a União Europeia autorizou a criação do CINM, como forma de ajuda, atendendo às referidas limitações da ilha da Madeira.

Foi com esse sentido e objetivo que, nos anos 80, o Governo decidiu criar este instrumento de desenvolvimento socioeconómico para a região ultraperiférica, o qual tem, atualmente, consagração expressa no artigo 146.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma da Madeira.

Perante esta problemática, muita discussão tem surgido à sua volta e, há muito tempo, que temos vindo a alertar os governos da Região e da República para uma intervenção atempada de modo a salvaguardar o CINM, como instrumento de atracção de investimento externo, adequado à nossa realidade e capaz de contribuir para o surgimento de novos setores ou subsetores do crescimento económico, atendendo ao superior interesse do País e, nomeadamente, o da Região Autónoma da Madeira.

Foi nesta linha de preocupações que eu, como Deputado eleito pela Madeira, subscrevi iniciativas conjuntas, com os outros Deputados, de alteração ao Orçamento do Estado para 2012 e, também, a este retificativo, cujo objetivo foi levar o Governo a recuar na retirada dos benefícios fiscais à praça financeira.

Infelizmente, todas as iniciativas foram rejeitadas pelo Executivo. Assim, pelas razões acima expostas, o CINM já está muito fragilizado e, com esta proposta de lei, ainda mais fica. Logo, atendendo a este propósito, atendendo a esta situação extremamente problemática para a Região Autónoma da Madeira, não poderia votar de outro modo, ou seja, contra a presente proposta de lei.

O Deputado do PS, *Jacinto Serrão*.

---

O meu voto de abstenção na proposta de lei n.º 51/XII (1.ª), que altera a Lei do Orçamento do Estado para o ano de 2012, aprovada pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, no âmbito da Iniciativa de Reforço da Estabilidade Financeira, deve-se ao facto de considerar que no que concerne à Região Autónoma da Madeira há aspetos positivos e negativos na iniciativa legislativa do Governo. Considero positivo que esta alteração contemple 938 milhões de euros dos 1500 milhões do empréstimo celebrado entre a Região e o Estado no âmbito do Programa de Assistência Financeira e Económica à Madeira (PAEF) provocado pelo desequilíbrio orçamental e a dívida excessiva das governações do PSD. Apesar de claramente insuficiente para as necessidades de financiamento da Região, nos próximos quatro anos, esta primeira *tranche* permite repor alguma normalidade na Tesouraria Regional e pagar algumas dívidas comerciais e financeiras. Considero negativo que, na senda do que já tinha sido feito no Orçamento do Estado para 2012, esta alteração ao Orçamento do Estado venha retirar benefícios fiscais que afetam a competitividade ao Centro Internacional de Negócios da Madeira (CINM) e contribuirão para a saída de empresas, a perda de emprego qualificado e menor receita fiscal. Quando a Madeira precisa de equilíbrio orçamental e de sustentabilidade das suas finanças, objetivo do PAEF, estrangula-se o CINM que poderia ser um precioso instrumento de criação de mais receita e de manutenção e criação de postos de trabalho. Se é verdade que os serviços da Comissão Europeia informaram o Governo português que os benefícios não se poderiam manter por configurarem auxílios de Estado, é igualmente certo que há várias interpretações sobre os prazos, caducidade e regimes vigentes e não podemos esquecer que decorrem negociações entre o Estado e a Comissão Europeia sobre um novo regime fiscal para o CINM.

Na atual situação financeira difícilíssima de Portugal e de uma das suas Regiões Autónomas, não se compreenderá que o CINM venha a ter um regime fiscal menos competitivo que outras praças europeias com benefícios autorizados pela União.

Por estas razões, a abstenção é o voto que reafirma compromissos eleitorais e princípios de defesa dos interesses da Madeira e dos madeirenses.

O Deputado do CDS-PP, *José Manuel Rodrigues*.

---

**Nota:** As declarações de voto anunciadas pelos Deputados do PSD Pedro Lynce e do CDS-PP Michael Seufert não foram entregues no prazo previsto no n.º 3 do artigo 87.º do Regimento da Assembleia da República.

---

*Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.*